



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
Câmpus de Marília

Ana Eliza Tsunashima Rodrigues

**INFLUÊNCIA DA ARÁBIA SAUDITA E DO IRÃ NA GUERRA DO
IÊMEN DE 2015 A 2024**

Marília
2024

Ana Eliza Tsunashima Rodrigues

**INFLUÊNCIA DA ARÁBIA SAUDITA E DO IRÃ NA GUERRA DO
IÊMEN DE 2015 A 2024**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado ao Conselho de Curso de Relações Internacionais, da Faculdade de Filosofia e Ciências, da Universidade Estadual Paulista – UNESP - Câmpus de Marília, para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais

Orientador: Prof. Dr. Sergio Luiz Cruz Aguilar

Marília
2024

R696i

Rodrigues, Ana Eliza Tsunashima

Influência da Arábia Saudita e do Irã na Guerra do Iêmen de 2015 a 2024 / Ana Eliza Tsunashima Rodrigues. -- Marília, 2024

61 p. : il., mapas

Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado - Relações Internacionais) - Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília

Orientador: Sérgio Luiz Cruz Aguilar

1. Guerra civil. 2. Islamismo e política internacional. 3. Relações internacionais. 4. Realismo. I. Título.

Ana Eliza Tsunashima Rodrigues

**INFLUÊNCIA DA ARÁBIA SAUDITA E DO IRÃ NA GUERRA DO
IÊMEN DE 2015 A 2024**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado ao Conselho de Curso de Relações Internacionais, da Faculdade de Filosofia e Ciências, da Universidade Estadual Paulista – UNESP - Câmpus de Marília, para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais

Banca Examinadora

Prof. Dr. Sérgio Luiz Cruz Aguilar
UNESP – Câmpus de Marília
Orientador

Julia Mori Aparecido
PPGRI San Tiago Dantas – São Paulo

Júlia Henrique Lira
PPGRI San Tiago Dantas – São Paulo

Marília, 13 de dezembro de 2024.

AGRADECIMENTOS

Não existem palavras suficientes para expressar minha gratidão a todas as pessoas que estiveram ao meu lado nessa jornada. Cada uma delas contribuiu para a realização desse sonho de formas que jamais poderei agradecer o suficiente.

Primeiramente, agradeço à minha mãe, Paula, por ser a mulher mais forte e inspiradora que conheço. Minha jornada acadêmica só foi possível porque ela sonhou comigo um mundo de possibilidades e se sacrificou mais do que qualquer outra pessoa para que eu tivesse tudo. Obrigada por ser meu apoio em cada etapa, por sua presença constante e por ser meu exemplo. Agradeço imensamente meu pai, Valdeir, por me proporcionar a base sólida que me trouxe até aqui, nada disso seria possível sem seu esforço contínuo e dedicação. Aos meus irmãos, João Pedro e Luiz Felipe, devo agradecer especialmente pelo incentivo a sair de casa e conquistar meu sonho, jamais teria me dedicado tanto se não fossem eles cumprindo seus papéis de irmãos.

Dedico aqui um agradecimento especial para minha família: minha Xoxó Maria Helena, meu avô Hitoshi, meus tios Eduardo e Adriana e meus primos Matheus e Mariana. Nossa união me dá forças para seguir em frente, pois sei que sempre tenho um lugar para voltar. Aos meus padrinhos, tia Nana e tio Clóvis, um agradecimento mais que especial por colaborarem tanto com meus estudos, não teria sido possível sem vocês. Obrigada tia Nana por toda a dedicação e ajuda no meu aprendizado, nunca vou conseguir demonstrar quão grande é minha gratidão por você.

Aos meus professores do ensino médio, Andrea, Juliana Terra, Juliana Couto e Gerlei, agradeço por plantarem a semente, só sonhei com esse momento porque vocês me mostram o caminho.

Não posso deixar de agradecer meus amigos Beatriz Cunha, Gabriel Carvalho, Letícia Loprete, Lucas Alexandre e Luiza Bueno, por nossa pequena família. Não consigo imaginar essa experiência sem vocês, obrigada pela jornada cheia de carinho, amor, risadas e apoio. E ao meu amigo de longa data, Guilherme Olímpio, obrigada pela amizade constante e por estar sempre presente.

Para o meu parceiro de vida, Felipe, dedico minha mais profunda gratidão pela paciência, parceria e amor. Obrigada por todos os dias ser fonte de inspiração com sua dedicação, cuidado e alegria. Tudo com você fica mais leve, trilhar esse caminho ao seu lado é uma honra.

Por fim, agradeço a mim mesma por acreditar que sou capaz.

“Por muito tempo achei que a ausência é falta.
E lastimava, ignorante, a falta.
Hoje não a lastimo.
Não há falta na ausência.
A ausência é um estar em mim. [...]”

Carlos Drummond de Andrade (1989, p. 113)

RESUMO

Desde 2015, o Iêmen enfrenta um conflito armado civil entre o grupo xiita Houthi e forças aliadas ao governo reconhecido internacionalmente, predominantemente sunita. Quase 20 milhões de iemenitas necessitam de ajuda humanitária, evidenciando a gravidade de uma das maiores crises do mundo. O trabalho analisa o conflito no Iêmen sob a perspectiva da teoria realista das Relações Internacionais, destacando as ações dos agentes regionais, Arábia Saudita e Irã, responsáveis pelo prolongamento da guerra entre 2015 e 2024. O estudo explora como a rivalidade entre os dois países, baseada em disputas geopolíticas, sectárias e religiosas, ampliou a crise humanitária e transformou o Iêmen em um campo de batalha estratégico. A Arábia Saudita interveio diretamente para conter a influência iraniana e restaurar o governo legítimo, enquanto o Irã utilizou estratégias indiretas, apoiando os Houthis para expandir sua influência. Ambas as intervenções intensificaram a violência e consolidaram o Iêmen como palco da luta pela hegemonia no Oriente Médio. Conclui-se que, sob os princípios do realismo político, as ações de Riad e Teerã refletem a busca por poder e segurança, demonstrando o impacto das rivalidades regionais na perpetuação de crises internas.

Palavras-chave: Conflito do Iêmen; Realismo; Arábia Saudita; Irã.

ABSTRACT

Since 2015, Yemen has faced a civil armed conflict between the Shia Houthi group and forces allied with the internationally recognized government, predominantly Sunni. Nearly 20 million Yemenis require humanitarian aid, highlighting the severity of one of the world's largest crises. This study analyzes the Yemen conflict through the lens of the realist theory of International Relations, focusing on the role of regional actors, Saudi Arabia and Iran, in prolonging the war between 2015 and 2024. The research explores how the rivalry between these two countries, rooted in geopolitical, sectarian, and religious disputes, has exacerbated the humanitarian crisis and turned Yemen into a strategic battleground. Saudi Arabia directly intervened to counter Iranian influence and restore the legitimate government, while Iran employed indirect strategies, supporting the Houthis to expand its influence. Both interventions intensified the violence and cemented Yemen as a stage for the struggle for regional hegemony. The study concludes that, in line with realist political principles, the actions of Riyadh and Tehran reflect their pursuit of power and security, demonstrating how regional rivalries perpetuate internal crises.

Keywords: Yemen conflict; Realism; Saudi Arabia; Iran.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

| | |
|---|----|
| Figura 1 – Mapa da divisão do Iêmen antes da unificação. | 21 |
| Figura 2 – Mapa da proposta de divisão em federações. | 24 |
| Figura 3 – Localização de Hodeida. | 41 |
| Figura 4 – Localização da província de Marib no Iêmen. | 43 |
| Figura 5 – Proximidade geográfica entre Irã, Arábia Saudita e Iêmen | 49 |

LISTA DE ABREVIATURAS

| | |
|---------------|---|
| CCG | Conselho de Cooperação do Golfo |
| CLP | Conselho de Liderança Presidencial |
| CTS | Conselho de Transição do Sul |
| EAU | Emirados Árabes Unidos |
| EUA | Estados Unidos da América |
| FNL | Frente Nacional de Libertação |
| OMS | Organização Mundial da Saúde |
| ONU | Organização das Nações Unidas |
| UNICEF | Fundo das Nações Unidas para a Infância |

SUMÁRIO

| | | |
|------------|---|----|
| 1 | INTRODUÇÃO | 12 |
| 2 | TEORIA REALISTA | 15 |
| 3 | O CONFLITO NO IÊMEN | 19 |
| 3.1 | A formação do conflito | 19 |
| 3.2 | A guerra civil iemenita | 24 |
| 3.3 | A crise humanitária | 28 |
| 4 | AS AÇÕES DA ARÁBIA SAUDITA E DO IRÃ NA GUERRA DE 2015 A 2024 | 32 |
| 5 | ANÁLISE SOB A PERSPECTIVA DA TEORIA REALISTA | 46 |
| 5.1 | As raízes da rivalidade saudita-iraniana | 46 |
| 5.2 | Participação na Guerra do Iêmen | 49 |
| 6 | CONSIDERAÇÕES FINAIS | 53 |
| | REFERÊNCIAS | 55 |

1 INTRODUÇÃO

Localizada na extremidade sudoeste da península arábica de maneira estratégica para o acesso ao Mar Vermelho, a República do Iêmen foi uma das principais áreas de instabilidade do globo na última década, assolada por um conflito civil armado com fortes intervenções de Estados vizinhos. O país vive a quase dez anos uma das maiores crises humanitárias do mundo, com quase 20 milhões de pessoas necessitando de apoio para suprir suas necessidades básicas, de acordo com dados de 2024 do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF). O país portuário tem ligação curta com o território africano formando o estreito de Bab-el-Mandeb, é rota de navios petroleiros e a porta de entrada e saída da península arábica para o Oceano Índico. O país de posição geográfica estratégica, devido à sua situação fragilizada torna-se alvo da luta por poder e influência regional entre Arábia Saudita e Irã. A crise desencadeia-se como resposta a anos de turbulência política e social, mas também conta com os agentes externos para sua perpetuação. Tendo em vista a influência externa, procura-se entender as ações dos atores regionais no conflito iemenita a partir da perspectiva realista das Relações Internacionais.

Para entender a dinâmica do conflito iemenita, é necessário levar em consideração o poder aspirado pela Arábia Saudita e Irã na região, conceito fundamental para entender a dinâmica do conflito. Os dois países buscam exercer seu poder e influência na região em uma disputa, que além de política, é religiosa. Do lado saudita há a busca por consolidar um Estado sunita no Iêmen, já do lado iraniano procura colocar no poder do país peninsular um governo xiita. Partindo do conceito de Hans Morgenthau (2003), o poder abrange todas as maneiras que é possível implantar e também conservar o controle em relações sociais, dessa maneira partindo desde o nível psicológico até às demonstrações físicas de domínio com a violência. No contexto do conflito iemenita, essa definição é essencial para entender o que os países da região procuram e como manifestam as diferentes formas de poder, usando desde intervenções militares diretas até ao apoio a grupos locais, visando alcançar seus respectivos objetivos políticos.

Na busca por compreender o conflito iemenita dentro das relações internacionais do Oriente Médio, utiliza-se a perspectiva realista das Relações Internacionais para avaliar a posição dos Estados, Arábia Saudita e Irã, envolvidos direta ou indiretamente e quais são suas ações. O problema de pesquisa que norteia o estudo aqui proposto é entender a influência desempenhada pelos agentes regionais na Guerra do Iêmen no período de 2015 até o primeiro semestre de 2024. Focando objetivamente nas ações dos dois países já citados em relação à guerra, o intuito é entender seus objetivos, quais medidas são tomadas em ordem de alcançá-

los e como essas medidas têm sido responsáveis pela perpetuação do conflito por mais de nove anos, sem que uma solução definitiva tenha sido alcançada.

Quanto à metodologia adotada para responder o problema de pesquisa levantado, foi escolhido o levantamento bibliográfico, que permitirá o aprofundamento na literatura existente sobre a Guerra do Iêmen e a disputa entre Irã e Arabia Saudita no conflito. Partindo da busca e seleção de fontes relevantes sobre o tema e analisando-as de maneira qualitativa, é possível mapear o conhecimento existente e construir uma base sólida para o desenvolvimento de uma análise sob a perspectiva realista de Morgenthau. O levantamento inclui a revisão de artigos científicos, dissertações, matérias jornalísticas de veículos como *Al Jazeera*, *Middle East Eye* e *ONU News*, bem como relatórios do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU), do Conselho de Direitos Humanos da ONU e do *Human Rights Watch*. A diversidade de fontes permite não apenas uma análise abrangente, mas também fundamentada em dados recentes, essenciais para a compreensão da complexidade do conflito e das dinâmicas regionais envolvidas.

Durante a análise, foi possível observar as diferenças nas ações dos dois agentes regionais, a Arábia Saudita interveio no conflito de maneira ativa e direta, enquanto o Irã agiu de forma indireta na guerra, sendo, ao final, ambos igualmente responsáveis por ampliar as dimensões do conflito. A rivalidade histórica entre Teerã e Riad contribuiu, não apenas para a duração prolongada da guerra, mas também para o agravamento da crise humanitária no país. Além disso, destaca-se que a religião muçulmana, profundamente ligada à política nos dois Estados, molda suas decisões estratégicas e de política externa, refletindo a busca de ambos os países por legitimidade como líderes religiosos do mundo islâmico, intensificando a competição entre eles e amplia o impacto do conflito no Iêmen.

Faz-se necessário trazer a questão do Iêmen e às relações internacionais envolvidas em seu conflito doméstico pela pouca relevância dada aos acontecimentos naquele país e região. A população iemenita sofre há quase dez anos as consequências de uma Guerra inflada pela busca de poder de países vizinhos, vivendo precariamente com poucos recursos. Em meio a um conflito ainda não resolvido e com pouca cobertura pela mídia do Brasil, há espaço para ampliar a discussão sobre o conflito e seus desdobramentos influenciados por questões externas ao país.

Organizado em cinco capítulos, além da introdução e conclusão, o presente trabalho apresenta no segundo capítulo a teoria realista, usando como base o livro “A política entre as nações: a luta pelo poder e a paz” de Hans Morgenthau. O terceiro capítulo trata do conflito do Iêmen em duas partes, inicialmente através da contextualização da estrutura histórica que se desdobrou na eclosão da guerra e em uma segunda parte tratando dos principais acontecimentos

no percurso dos nove anos do conflito. Em seguida, o quarto capítulo apresentará as principais ações dos agentes catalisadores, Arábia Saudita e Irã, em relação ao Iêmen. Por fim, o quinto capítulo apresenta primeiramente as raízes da rivalidade entre Riad e Teerã e a partir dessas informações, uma análise das intervenções dos dois países e seus objetivos sob a perspectiva da teoria realista.

2 TEORIA REALISTA

Reconhecido como um dos fundadores do realismo político, Hans Morgenthau é um teórico fundamental para as relações internacionais. Formado em direito e ciências políticas, tem como sua obra mais famosa o livro *“Politics Among Nations”*, que define os alicerces do realismo político enfatizando a busca pelo poder como o princípio central das relações internacionais e sustenta que a política é governada por leis objetivas fundamentadas na natureza humana. Para Morgenthau, a política é uma área que deve ser distinguida de todas as outras, onde os interesses, especialmente os definidos em termos de poder, são cruciais para a compreensão das ações dos Estados.

Hans Morgenthau escreveu *Política entre as Nações* em um contexto marcado pelas profundas transformações políticas, sociais e econômicas do século XX. Como um acadêmico de origem judaica alemã, sua vida foi diretamente impactada pelas grandes crises que definiram o período. A ascensão do nazismo na Alemanha, o colapso do sistema internacional entre guerras, o advento da Segunda Guerra Mundial e, posteriormente, a Guerra Fria moldaram não apenas sua trajetória pessoal, mas também suas reflexões teóricas. Dessa forma, Morgenthau, moldado por sua vivência pessoal e pelo tumultuado contexto histórico, tornou-se um dos mais influentes cientistas políticos do século XX, orientando debates acadêmicos e políticos sobre as relações internacionais.

No livro *Política entre as Nações* (2003, p. 3), o autor descreve o sentido da teoria como sendo “[...] trazer ordem e sentido para uma massa de fenômenos que, sem ela, permaneceriam desconexos e incompreensíveis”. Morgenthau (2003, p. 4) também coloca que, partindo de uma perspectiva racional, a teoria realista enxerga o mundo como o resultado do “encontro de forças inerentes à natureza humana”. Tais forças são muitas vezes divergentes entre si e a solução para os possíveis embates resultantes seria encontrar um ponto de equilíbrio, nas palavras do teórico:

Tendo em vista que vivemos em um universo formado por interesses contrários, em conflito contínuo, não há possibilidade de que os princípios morais sejam algum dia realizados plenamente, razão por que, na melhor das hipóteses, devem ser buscados mediante o recurso, sempre temporário, ao equilíbrio de interesses e à inevitavelmente precária solução de conflitos (Morgenthau, 2003, p. 4).

Para proporcionar uma estrutura clara, cujo objetivo é ser a ferramenta para entender a dinâmica das relações internacionais, Morgenthau delinea os seis princípios do realismo político. Esses princípios são a base para uma análise crítica das políticas externas e das

interações entre os Estados no sistema internacional. A seguir, cada um desses princípios é explorado.

O primeiro princípio dita que assim como toda a sociedade é dirigida por leis objetivas, a política também é, e os fundamentos delas estão na natureza humana. A teoria realista é então o reflexo dessas leis políticas e partem da razão, ainda que não seja de modo totalmente perfeito. A tarefa da teoria é dar sentido a esses fenômenos por meio da análise dos fatos e das consequências previsíveis das ações políticas. Dessa maneira, a política externa de um Estado pode ser compreendida ao examinar as ações dos líderes políticos e os objetivos subjacentes a essas ações. Morgenthau (2003, p. 6) diz:

Para o realismo, a teoria consiste em verificar os fatos e dar a eles um sentido, mediante o uso da razão. O realismo parte do princípio de que a natureza de uma determinada política externa só pode ser averiguada por meio do exame dos atos políticos realizados e das consequências previsíveis desses atos. Desse modo, torna-se possível descobrir o que os políticos realmente fizeram. Do exame das consequências previsíveis de seus atos, podemos presumir quais teriam sido os seus objetivos.

O segundo princípio central do realismo político é a noção dos interesses de um país definidos em termos de poder. Entendida como uma esfera autônoma, separada de outras áreas, como economia, ética ou religião, a política internacional é moldada fundamentalmente pelo interesse e poder. O realismo reconhece que a política externa dos Estados nem sempre segue um caminho puramente racional, pois pode ser influenciada por fatores subjetivos como preconceitos, preferências e fraquezas intelectuais. Ainda assim, o conceito de poder permanece uma categoria objetiva que ajuda a analisar as ações dos Estados de maneira racional.

Morgenthau (2003, p. 12) acrescenta também que a atual estrutura das relações internacionais, baseada na presunção de "igualdade soberana" entre nações, torna-se irrelevante e desconectada da realidade, que é marcada por uma extrema desigualdade de poder. Essa incompatibilidade contribui para a ingovernabilidade e quase anarquia nas relações internacionais. A interdependência moderna requer uma ordem política que reconheça essas desigualdades, mas a estrutura legal e institucional existente impede uma transformação racional e eficaz das políticas globais.

Embora o realismo político veja o interesse definido em termos de poder como uma categoria universalmente válida, Morgenthau (2003, p. 16) ressalta que o conteúdo e o uso do poder variam conforme o contexto político e cultural. Ele argumenta que o poder abrange todas as formas de controle que um homem pode exercer sobre outro, partindo desde demonstrações físicas de força até questões psicológicas mais brandas. No entanto, a natureza do poder e a

forma como ele é utilizado são determinadas pelo ambiente político e cultural de cada período histórico, tal flexibilidade permite que o conceito de poder seja aplicado a diferentes contextos.

Morgenthau (2003, p. 20) reconhece, no quarto princípio, a importância da moralidade na política, mas argumenta que os princípios morais universais devem levar em consideração as circunstâncias de tempo e espaço, e não podem ser aplicados diretamente às ações dos Estados. Já no quinto princípio, rejeita a ideia de que as aspirações morais de uma nação devem ser identificadas com as leis morais universais, uma vez que todas as nações tendem a justificar suas ações políticas com base em princípios morais.

O sexto e último princípio enfatiza a autonomia da esfera política. A política deve ser analisada em seus próprios termos, separados da economia, da lei e da moralidade. A principal questão para o realista político é como uma política específica pode afetar o poder da nação. Essa perspectiva é fundamental para entender as relações internacionais, pois permite uma análise focada nos interesses e no poder, sem se deixar influenciar por outras considerações externas.

O poder, definido como o controle de indivíduos sobre as mentes e ações de outros, é o objetivo alcançado através da política internacional. Esse poder é exercido através de influência mental, derivada da expectativa de vantagens, medo de punições, ou respeito por autoridades. Ou seja, uma nação que deseja projetar seu poder político sobre outra, deve ter a capacidade de controlar determinadas ações a partir da influência que exerce. No âmbito da política internacional, a força armada é um elemento crucial na construção desse poder, mas, quando utilizada, transforma o poder político em poder militar, onde a relação psicológica dá lugar a uma relação física de dominação. Morgenthau (2003, p. 52) ainda coloca que no caso de guerra:

ocorre a substituição do poder político pelo militar. O exercício real de violência física substitui a relação psicológica entre duas mentes, fator que constitui a essência do poder político, pela relação física entre dois corpos, um dos quais é suficientemente forte para dominar os movimentos do outro. Essa é a razão pela qual, no exercício da violência física, perde-se o elemento psicológico da relação política e tem-se que distinguir entre o poder militar e o político.

Ainda é importante ressaltar a importância do poder legítimo, sustentado por uma justificativa moral ou legal para seu exercício. A premissa que as ações empregadas têm justificativas morais torna-as mais efetivas do que o poder ilegítimo, desprovido de tal fundamento. Isso é particularmente evidente no uso do poder militar em guerras, onde a legitimidade da ação pode influenciar tanto a mobilização de apoio doméstico quanto a formação de coalizões internacionais. O poder militar empregado em autodefesa ou sob mandato das Nações Unidas têm maior probabilidade de alcançar êxito do que o poder empregado por uma nação "agressora" (Morgenthau, 2003, p. 55). Além disso, as ideologias

políticas frequentemente desempenham um papel crucial ao conferir legitimidade aparente às intervenções militares, moldando narrativas que justificam ações externas e ampliam sua aceitação perante a comunidade internacional e as populações afetadas.

Das percepções apresentados por Morgenthau, o fator que será observado no caso do conflito de Iêmen é a busca incessante por poder. Tanto o Irã quanto a Arábia Saudita veem o Iêmen como uma área estratégica para a projeção de seu poder na região do Oriente Médio. A Arábia Saudita, temendo a expansão da influência iraniana, busca garantir um governo aliado em sua fronteira Sul para manter o equilíbrio regional, enquanto o Irã apoia os Houthis com o objetivo de expandir sua presença e conter a hegemonia saudita. Ao aplicar os princípios do realismo político, será possível entender como esses dois Estados têm utilizado intervenções diretas e apoio a agentes locais como meios para atingir seus objetivos, pautados pelo interesse em maximizar sua influência e poder na região.

Embora a teoria realista ofereça uma estrutura robusta para analisar as dinâmicas de poder e interesse entre Estados, ela apresenta limitações ao tratar de conflitos como o do Iêmen, onde a atuação de atores não estatais, como os Houthis, e fatores de identidade e cultura desempenham papéis centrais. Esses elementos, negligenciados pelo realismo, são essenciais para compreender a complexidade do conflito. No entanto, a teoria permanece relevante para este trabalho devido ao seu foco na análise das ações de agentes estatais externos, como Arábia Saudita e Irã, que operam dentro da lógica de maximização de poder e interesses. A aplicação dos conceitos realistas, como o equilíbrio de poder e a busca pela projeção de influência, fornece as ferramentas necessárias para compreender as motivações estratégicas desses Estados e os impactos de suas intervenções no cenário regional. Assim, apesar de suas limitações, a teoria realista ainda é adequada para o objetivo proposto, ao centrar-se nos determinantes políticos e estratégicos que orientam a atuação de atores estatais no conflito.

3 O CONFLITO NO IÊMEN

O conflito no Iêmen emerge de uma história marcada por divisões políticas, rivalidades internas e interferências externas. Este capítulo explora os eventos e dinâmicas que moldaram as questões políticas e sociais iemenita, destacando os principais agentes, transformações e tensões que resultaram na fragmentação atual do país. Buscando compreender como as raízes históricas da marginalização política, as rivalidades regionais e as divergências econômicas moldaram a trajetória do Iêmen e estabeleceram as bases para os eventos que culminaram na guerra civil de 2015. Esse contexto é essencial para entender a complexidade do conflito e seus desdobramentos.

3.1 A formação do conflito

Até o fim da Primeira Guerra Mundial, o território iemenita foi dominado ao Norte pelo Império Otomano e a região sul, até pouco depois da metade do século XX, pelos britânicos. Com o fim do Império Otomano no final da Primeira Guerra Mundial, em 1918 o Iêmen do Norte tornou-se independente e adotou uma teocracia de vertente islâmica zaidita¹ xiita, o Imamado, como forma de governo. Formado por uma sociedade composta por várias tribos e em um território montanhoso, os nortistas iemenitas não dispunham de tantos recursos naturais. Uma pequena parcela dessa população nortista, a elite iemenita, durante o período teocrático entre 1918 e 1962 explorou recursos da região mais central do país com população de maioria xafeíta² sunita (Feierstein, 2019, p. 4).

Os xafeítas no início dos anos 60 insatisfeitos com a teocracia zaidita e a exploração dos recursos do território onde eram a maioria, organizaram um movimento republicano contra o Imamado. Para conseguir apoio da população xiita do Norte o movimento em busca de um Iêmen livre, apoiado pelo Egito de Gamal Abdel Nasser, desenvolveu uma narrativa

¹ Os Zaydīs são xiitas que surgiram devido a divisões internas sobre a liderança da comunidade islâmica. Enquanto a maioria dos xiitas acreditava que Muḥammad al-Bāqir, o filho mais velho do quarto imã xiita ‘Alī Zayn al-‘Abidin (658–712), deveria ser o quinto imã, os Zaydīs defendiam que Zayd ibn ‘Alī (695–740), filho do quarto imã xiita, deveria ser o quinto imã (Upal e Cusack, 2021, pp. 182). Essa diferença marcou o início do xiismo zaydi, que é doutrinariamente distinto do xiismo predominante no Iraque e no Irã, conhecido como xiismo dos doze. O zaydismo, como historicamente praticado no Iêmen, é chamado de “xiismo dos cinco”. Ao longo dos anos, várias divisões ocorreram entre os Xiitas sobre quem tinha o direito de ser o imã, causando assim o surgimento de diferentes credos, como os Zaydīs (apoiadores da revolta de Zayd bin ‘Alī) (Upal e Cusack, 2021, p. 281).

² Uma das quatro escolas ortodoxas (Ḥanafī, Ḥanbalī, Shāfi‘ī, e Mālikī) de direito ou jurisprudência que os sunitas aceitam decisões. Essas escolas são predominantemente regionais e governam questões de lei religiosa. (Upal e Cusack, 2021, p.23 e p. 25)

nacionalista islâmica e conseguiu a adesão da maioria da população nortista. A elite dos territórios montanhosos, os sheiks iemenitas a favor da monarquia, era apoiada pela Arábia Saudita, que buscava manter a influência sobre a região. Contudo, com o apoio popular tanto no Norte quanto na região central, a vitória foi do movimento republicano e em 1962 a República Árabe do Iêmen foi criada, presidida por Abdallah Al Salal.

Os sheiks das regiões montanhosas aliaram-se com a classe mercante da região central para exercerem influência na política, a qual perdura até o presente. Logo foi formada a hegemonia política dos sheiks em conjunto com o controle econômico pelos empresários da região central e costeira, que decidiram na formação do governo com o presidente da República Árabe do Iêmen representando a elite do norte, e o primeiro-ministro a região central. Com essa formação o país prosperou por um curto período, ainda sem resolver os principais problemas sociais enfrentados pela maioria da população. Até que em 1978, Ali Abdullah Saleh se torna presidente da República após o assassinato de Abdallah Al Salal.

Saleh enfrentou quase nenhuma oposição política no início de seu mandato e logo implementou taxações à população central nos mesmos moldes do antigo Imamado. Com isso a insatisfação tomou essa população. Os ânimos só foram contidos com a notícia de jazidas de petróleo na região fronteira com o Iêmen do Sul e a iminente unificação dos dois países como a solução das questões sociais que assolavam o país.

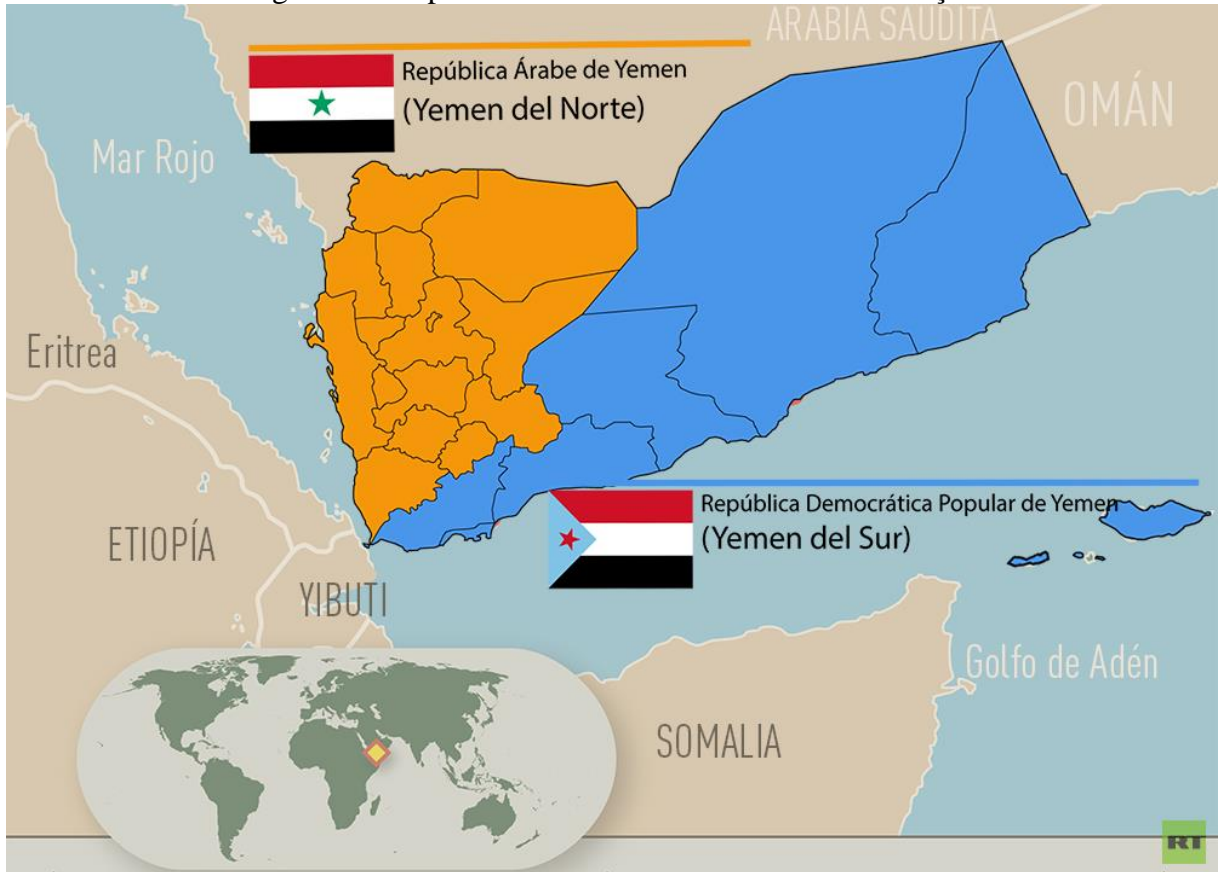
No Iêmen do Sul a independência aconteceu apenas em 1967 através da luta da Frente Nacional de Libertação (FNL), depois de estar sob o controle britânico desde 1839 (Limão, 2019). Após sua independência, o Iêmen do Sul assumiu o socialismo como sistema econômico e passou a ser a República Popular do Iêmen. Em 1970 o nome do país passa a ser República Democrática Popular do Iêmen. No ano de 1978 o FNL passa a ser Partido Socialista Iemenita e o governo fica sob liderança de Abdel Fatah Ismail (Ismail, 2000). Em 1980, sob a liderança de Ali Nassar Mohamed, o Iêmen do Sul passa por uma guerra civil decorrente de uma instabilidade política.

Como outros países socialistas, o principal aliado do governo do Iêmen do Sul era a União Soviética e com o fim da mesma e a descoberta de petróleo na fronteira entre Norte e Sul a possibilidade de uma unificação tornou-se ainda mais popular e forte no meio político.

Mesmo antes do final da década de 80, o momento de maior probabilidade para que ocorresse uma unificação, os dois países já desejavam a união. Durante o Imamado no Norte, por exemplo, a unificação era uma idealização para um Grande Iêmen (Ismail L, 2000, p.23), enquanto no Sul a vertente marxista colocava como dialética a relação entre a dificuldade da revolução no país e a descentralização dos dois Iêmens (Feierstein, 2019, p. 5). Na figura 1 é

possível visualizar a divisão entre a República Árabe do Iêmen e a República Democrática Popular do Iêmen:

Figura 1 – Mapa da divisão do Iêmen antes da unificação



Fonte: RT (2015)

O processo de unificação foi anunciado no dia 22 de maio de 1990 e em 1993 eleições para o parlamento ocorreram. Os sulistas esperavam a divisão do poder político pela metade, porém a região norte, mais populosa, impossibilitou tal arranjo. Logo, as elites do Norte assumiram o poder político e passaram a explorar, também, os recursos da região recém unificada. Além disso, a revelação que o petróleo no território iemenita não era abundante como em outros países da região, acarretou na insatisfação da população do antigo Estado socialista, e por consequência, o desejo de tornarem-se novamente uma região independente surgiu.

Assim, uma guerra civil se instaurou no país em 1994, mas logo foi contida quando Saleh apontou Abed Rabbo Mansour Hadi, um representante do sul, como seu vice-presidente. A insatisfação dos sulistas perdurou, ainda que dita como contida, o movimento separatista do Sul nesse contexto ganhou ainda mais força após a criação do grupo al-Hirak, como colocar Durac (2012 p. 166, tradução nossa³):

³ “The Southern Movement (al-Hirak) began as a group of military officers, forced into early retirement after the 1994 civil war, started to hold weekly sit-ins in towns and cities in the south to demand better treatment from the

O Movimento do Sul (al-Hirak) começou como um grupo de oficiais militares, forçados a se aposentar precocemente após a guerra civil de 1994, que passou a realizar manifestações semanais em cidades e vilarejos do Sul para exigir um tratamento melhor do regime em Sanaã. No entanto, os protestos cresceram rapidamente e, em dezembro de 2007, centenas de milhares de pessoas participaram da cerimônia de sepultamento de quatro homens mortos pelas forças de segurança em outubro daquele ano (Day, 2010: 8–9). As províncias do Sul abrigam apenas um quinto da população do Iêmen, mas geram a maior parte da riqueza do país, havendo um sentimento generalizado de insatisfação com o subdesenvolvimento econômico e a marginalização política da região.

No início dos anos 2000 ganhou força um grupo xiita no Norte do Iêmen, os Houthis, fazendo forte oposição ao governo republicano e apoiando a reintrodução do Imamado. O grupo surgiu no final da década de 1980 a partir de uma família tribal que passou a ter muita influência dentro da população zaidita, que representa cerca de 30 a 35% da população iemenita, localizados quase exclusivamente no Norte do Iêmen (Juneau, 2016, p. 651). Inicialmente como um movimento religioso e cultural revivalista do Imamado, Badr al-Din al-Houthi e seu filho Husayn passaram a ser conhecidos por seus esforços em ajudar a comunidade da região montanhosa que enfrentava o negligenciamento do governo e a discriminação por serem minoria no país com maioria sunita. Feierstein (2019, p. 9, tradução nossa⁴) explica:

Muitas das questões não resolvidas na revolta republicana da década de 1960 e das suas consequências, em especial nos anos de governo de Saleh, ajudaram a desencadear a rebelião Houthi em seis guerras de Sadá, entre junho de 2004 e fevereiro de 2010. Tal como no Sul pós-unificação, as populações zaiditas do Norte tornaram-se cada vez mais militantes face ao crescimento dos sistemas políticos e econômicos extrativistas durante a era Saleh e à incapacidade do Iêmen republicano de assegurar uma partilha equitativa dos recursos. O revivalismo zaidita começou a crescer como contraponto a esta marginalização na década de 1980, antes da ascensão do movimento Houthi.

Entre 2004 e 2010, desencadearam-se uma série de revoltas contra o governo iemenita, organizadas pelos Houthis, que ocorreram em sua maioria na província de Saada, no noroeste do Iêmen. O grupo rebelde, que se autodenominam Ansar Allah - partidários de Deus⁵ - ganhou cada vez mais força e apoio, além de se tornar armado, alegava que estava reagindo contra a discriminação que sofriam, também criticavam o governo de Saleh por ser aliado aos Estados

regime in Sana'a. However, protests grew rapidly and by December 2007 hundreds of thousands of people attended the burial ceremony of four men killed by security forces in October of that year (Day, 2010: 8–9). The southern governorates contain only a fifth of Yemen's population but generate most of the country's wealth and there is widespread grievance at the region's economic underdevelopment and political marginalization."

⁴ "Many of the unresolved issues from the republican revolt of the 1960s and its aftermath, particularly in the years of Saleh's rule, helped to trigger the Houthi rebellion in six Sa'dah wars between June 2004 and February 2010. Like the post-unity South, northern Zaydi populations grew increasingly militant over the growth of extractive political and economic systems during the Saleh era and the failure of republican Yemen to provide equitable sharing of resources. Zaydi revivalism began to grow as a counter to this marginalization in the 1980s, predating the rise of the Houthi movement."

⁵<https://www.bbc.com/portuguese/articles/cx0vkgq29jno#:~:text=Eles%20tamb%C3%A9m%20se%20autodenominam%20Ansar,Morte%20aos%20Estados%20Unidos.>

Unidos da América (EUA) (Juneau, 2016, p. 652), enquanto o governo alegou que os Houthis estavam tentando tomar o poder, com apoio iraniano, para então aplicar a lei religiosa xiita. Logo o conflito deixou de ser apenas interno, quando em 2009 a Arábia Saudita interveio militarmente alarmada com as acusações de Saleh quanto ao apoio do Irã ao grupo rebelde armado que se localizava na fronteira Sul de seu território. Os sauditas realizaram ataques aéreos às posições Houthis e impuseram um bloqueio naval na costa noroeste do território iemenita, assim impedindo que equipamentos bélicos chegassem até o grupo (Juneau, 2016, p. 652).

Em 2011, assim como diversos outros países da região no movimento conhecido como Primavera Árabe, os diversos grupos insatisfeitos com o governo, como os Houthis, o Movimento Sulista⁶ e a coalisão *Joint Meeting Parties*, que reunia os partidos de oposição ao governo como o partido islâmico sunita Islah⁷, foram às ruas para protestar contra o presidente em vigência, Ali Abdullah Saleh. Como Feierstein (2019, p. 12, tradução nossa⁸) coloca:

As populações marginalizadas, incluindo os sulistas, os Houthis, a juventude tribal, e a população xafeíta do centro do país juntaram-se às manifestações de protesto e exigiram, para além da expulsão de Saleh, que a transição procurasse resolver os problemas condições subjacentes que tinham impedido o desenvolvimento do Iêmen como um Estado moderno.

Saleh tentou negociar sua permanência, mas decorrente da pressão interna e internacional deixou o cargo após receber garantias de imunidade das acusações de um governo corrupto e autocrático (Laub, 2015). O vice-presidente do país desde 1994, Abd Rabbuh Mansour Hadi, assumiu assim o cargo de presidente. A posse de Hadi trouxe certo otimismo ao país, os Houthis e o Movimento Sulista foram incluídos na Conferência de Diálogo Nacional que começou 13 meses após a posse e era formada por 565 delegados com o objetivo de elaborar uma nova constituição, porém logo ficou evidente que o diálogo nacional criou apenas uma aparência de participação (Baron, 2015). A Conferência de Diálogo Nacional perdeu sua legitimidade ao conceder pouca representatividade local aos sulistas e nenhuma influência aos representantes Houthis. Em 2014 foram concluídas as negociações, mesmo com a saída da maioria dos delegados do Movimento Sulista, a radicalização crescente no Sul e o aumento das tensões entre os Houthis e outras tribos no Norte. Dentre as decisões tomadas pela Conferência

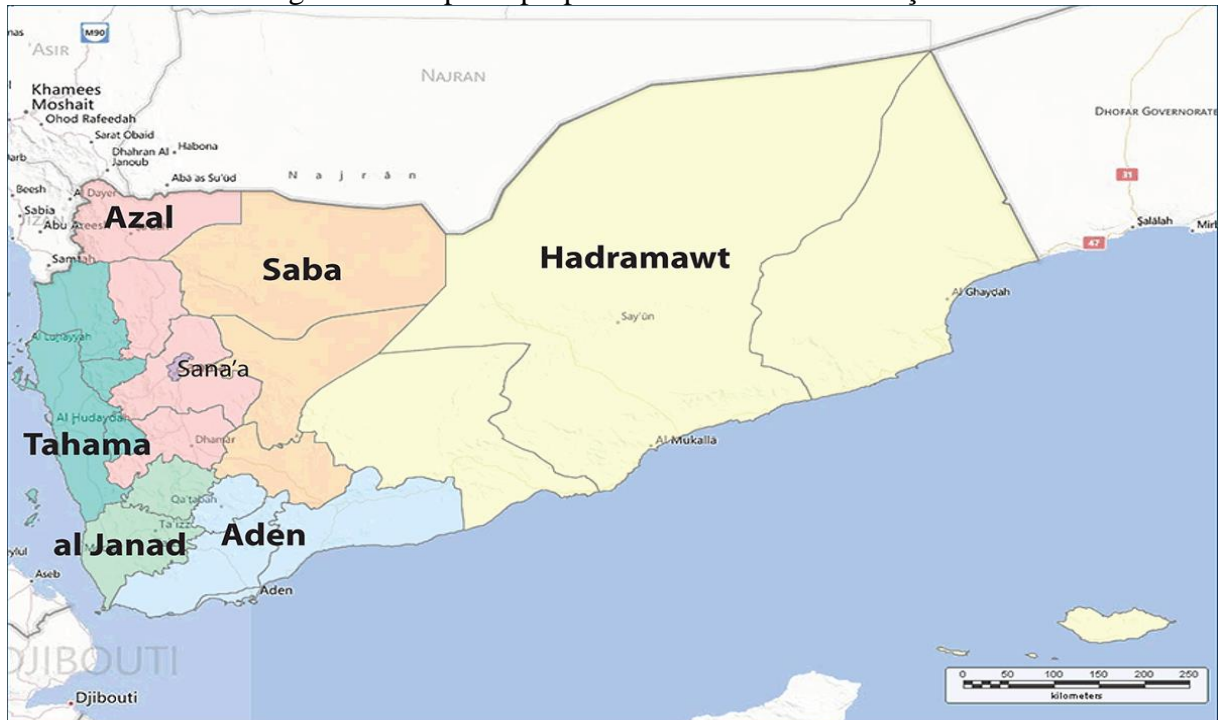
⁶ Grupo de base rebelde que reivindica o retorno da autonomia ao Sul do país (Baron, 2015, p. 2)

⁷ “É o principal partido político iemenita e é composto por líderes tribais, os grupos salafistas e a Irmandade Muçulmana.” (ONU, S/2015/125, p. 11.)

⁸ “Marginalized populations, including southerners, the Houthis, tribal youth, and the Shafī’i population in the midlands joined in the protest demonstrations and demanded, beyond Saleh’s ouster, that the transition seek to address the underlying conditions that had prevented Yemen’s development as a modern state.”

de Diálogo Nacional, estava a divisão do país em seis federações, como observadas na figura 2, que não agradaram a população por não levar em conta divisões históricas e culturais, além de desfavorecer regiões já prejudicadas (Ellwanger, 2020, p. 52).

Figura 2 – Mapa da proposta de divisão em federações



Fonte: Zimmerman (2014)

Além da dificuldade em unir os diversos grupos presentes no país, o governo Hadi falhou em conseguir conter o desemprego e a insegurança alimentar, e não tinha o apoio de toda a força militar, já que parte dos militares continuaram a apoiar o ex-governante, Saleh. O relatório do Conselho de Segurança da ONU (2015, p. 19) diz que “De acordo com uma fonte confidencial, Ali Abdullah Saleh também mantém o controle de um grande acampamento militar chamado Raymat Humaid em sua cidade natal, Sanhan, para onde ele moveu armas pesadas [...]” Em meio a isso, o Fundo Monetário Internacional pressionou para que o governo retirasse os subsídios aos combustíveis, o que foi feito em julho de 2014, desencadeando protestos em massa organizados pelos Houthis (Laub, 2015).

3.2 A guerra civil iemenita

Em setembro de 2014, aproveitando a instabilidade e impopularidade do governo de Hadi, os rebeldes xiitas iniciam a tomada da cidade de Sanaã, resultando em uma reconfiguração significativa do controle territorial no país. Eles tomaram áreas centrais que

possibilitaram o avanço da ofensiva, como o quartel general do exército e a televisão estatal (Transfeld, 2015). O relatório do Conselho de Segurança da ONU de fevereiro de 2015, descreveu a tomada da cidade de Sanaã como uma ação de três etapas:

Após a tomada de Amran pelos Houthis, o plano Houthi para tomar Sanaã foi realizado em três etapas: cercar Sanaã, entrar em Sanaã, usar protestos contra a interrupção do subsídio de combustível como pretexto e ocupar Sanaã pela força e engano. O plano Houthi para tomar Sanaã estava sendo formulado e executado enquanto os Houthis estavam avançando em Amran ao cercar Sanaã simultaneamente através do distrito de Hamdan no Oeste, Arhab no Norte, Marib no leste e Al Gayle na província de Al Jawf no nordeste, usando a tática de combinar ataques violentos com cessar-fogo estratégico ou acordos de trégua (ONU, 2015, p. 32; Tradução nossa⁹).

O presidente ainda resistiu ao cerco por alguns meses, mas em janeiro de 2015 renunciou e um mês depois conseguiu deixar a capital e fugir para Aden, cidade portuária e centro comercial no Sul do país, onde declarou a capital temporária do Iêmen e retirou sua renúncia (Juneau, 2016). Os Houthis assumiram o domínio da maioria das terras altas do Norte e centro do Iêmen, e utilizaram a força aérea para bombardear forças pró-governo, quase tomando o controle total de Áden. Essa ofensiva obrigou o presidente Abd-Rabbu Mansour Hadi a buscar refúgio na Arábia Saudita. O relatório do Conselho de Segurança da ONU de fevereiro de 2015, escreve sobre o avanço Houthis:

Além de Sanaã, os Houthis ganharam controle sobre Arhab, Amran, Al Hudayadah, Al Jawf, Hajjah, Dhamar e partes de Al Bayda. O fim dessa expansão ainda está para ser visto, desencadeando preocupações contínuas para a comunidade internacional, atores regionais, organizações não governamentais e empresas com investimentos no Iêmen. (ONU, 2015, p. 13; Tradução nossa¹⁰).

Desencadeou-se então a guerra civil que perdura com o apoio de países da região, principalmente a Arábia Saudita apoiando o governo de Hadi e o Irã oferecendo apoio ao grupo rebelde Houthis. As forças de Hadi eram formadas pelos leais ao seu governo, pela coalizão liderada pela Arábia Saudita, integrada por cinco dos seis países do Conselho de Cooperação do Golfo - Emirados Árabes Unidos, Arábia Saudita, Bahrein, Qatar e Kuwait-, a Jordânia, alguns países africanos - Egito, Sudão e Marrocos -, além de tribos opostas aos Houthis e milícias do sul. Já a força Houthi contou para viabilizar a invasão da capital com a parte da

⁹ “Following the Houthi takeover of Amran, the Houthi plan to take over Sana’a was carried out in three stages: encircling Sana’a, entering Sana’a, using protests against the halt in fuel subsidy as a pretext, and occupying Sana’a by force and deception. The Houthi plan to take over Sana’a was being formulated and executed while the Houthis were advancing in Amran by simultaneously encircling Sana’a through Hamdan District in the west, Arhab in the north, Ma’rib in the east and Al Gayle in Al Jawf province in the north-east, using the tactic of combining violent attacks with strategic ceasefires or truce agreements”

¹⁰ “In addition to Sana’a, the Houthis have gained control over Arhab, Amran, Al Hudayadah, Al Jawf, Hajjah, Dhamar and parts of Al Bayda. The end of such expansion is yet to be seen, triggering continued concerns for the international community, regional players, non-governmental organizations and businesses with investments in Yemen.”

força militar que ainda era leal ao ex-presidente Saleh. Ainda que desde o início dos anos 2000 o grupo rebelde rivalizasse com Saleh, os dois lados se alinharam ao final de 2014 em busca de derrubar Hadi e restabelecer o ex-governante no poder.

Em poucos meses, a coalizão saudita conseguiu expulsar os Houthis do sul, confinando-os ao norte. Segundo o pesquisador político iemenita Abdunaser Almuwadea (Al Jazeera, 2020), o principal êxito da coalizão foi impedir que os Houthis controlassem o país inteiro, especialmente áreas estratégicas ricas em petróleo e gás. Entretanto, mesmo com a ausência de reconhecimento internacional e a resistência do governo reconhecido internacionalmente limitando suas ambições políticas, os Houthis ampliaram sua base de apoio e consolidaram sua posição no Norte. Consequência da fraqueza do governo iemenita, ausente em muitas regiões, e dos ataques aéreos contra áreas civis e infraestruturas, que enfraqueceram o apoio popular à intervenção da coalizão liderada pelos sauditas.

Apesar de sua hegemonia em Sanaã e no Norte, o grupo enfrenta isolamento interno, tendo confrontado diversas facções, como os separatistas do sul, milícias pró-Islah, e posteriormente até mesmo aliados antigos, como os leais ao ex-presidente Ali Abdullah Saleh. A aliança entre os Houthis e Saleh teve sucesso em tomar o controle da capital e grande parte do noroeste do Iêmen, onde 80% da população habita, entretanto em 2017 houve o rompimento da aliança e o início de embates entre eles. Feierstein (2019) explica que no decorrer do conflito o equilíbrio de poder passou de Saleh para os Houthis, em 2014 o ex-presidente tinha parte da Guarda Republicana como seus leais e o grupo xiita tinha pouca capacidade militar em comparação, porém em 2017 os rebeldes já tinham poder militar maior que as forças pró-Saleh, além de terem assumido o controle da Guarda Republicana. As divergências entre as partes culminaram em embates quando Saleh anunciou que passaria a apoiar a coalizão saudita, sendo morto pelos Houthis dias depois do anúncio.

As forças aliadas que apoiam o governo de Hadi também sofreram com rompimentos e embates nos anos de guerra do Iêmen. Feierstein (2019, p. 16) coloca que “embora os sulistas vissem o conflito principalmente como uma luta interna do Norte, muitos no Sul resistiram às incursões Houthi e uniram forças com a coalizão e o governo Hadi para expulsá-los”. Porém, o descontentamento com o processo de transição de Hadi ainda existia e desencadeou mais uma vez na movimentação para separar a região Sul do Iêmen, foi criado o Conselho de Transição do Sul (CTS). O conselho defendia a separação do Norte e recebeu apoio dos Emirados Árabes Unidos (EAU), que além de treinamento forneciam armamento e colaboraram em operações militares. Em 2018, o CTS tentou expulsar o governo Hadi de Aden e mesmo que os EAU não

apoiassem a agenda separatista explicitamente, eles respaldam as ações do Conselho, entretanto a Arabia Saudita conseguiu fazer o CTS voltar atrás.

Em agosto de 2019, embates entre as forças pró-governo e os separatistas do CTS se tornam inevitáveis em Aden. Os separatistas tomaram o palácio presidencial da capital temporária e os acampamentos das tropas de Hadi. O presidente internacionalmente reconhecido, que ainda estava na Arábia Saudita, classificou os atos como um golpe sobre seu governo (Separatists [...], 2019). Abd-Rabbu Mansour Hadi também pediu para que a coalizão liderada pela Arábia Saudita interviesse para impedir que os EAU continuassem a apoiar o CTS e parassem com os ataques aéreos as tropas pró-governo (Hadi [...], 2019).

Em novembro de 2019 um acordo entre as partes foi assinado depois que as tropas dos Emirados Árabes Unidos se retiraram da cidade e a Arabia Saudita assumiu o controle. O acordo previu uma reforma no governo, que passaria a incluir os separatistas do CTS e a inclusão de suas forças armadas no ministério da defesa, sob controle do governo (Peace [..], 2019). Todavia, em abril de 2010 o CTS anunciou um autogoverno nas regiões que controlavam, voltando atrás do acordo anterior, alegando como uma das razões o colapso dos serviços públicos no Sul (Separatist [..], 2020).

Esses panoramas evidenciam a complexidade do conflito, caracterizado por alianças voláteis e disputas internas, além do impacto sobre as estruturas do Estado. As alianças voláteis no conflito do Iêmen são um reflexo da dinâmica política fragmentada e dos interesses divergentes entre os atores internos e externos envolvidos. A parceria inicial entre os Houthis e as forças leais ao ex-presidente Ali Abdullah Saleh exemplifica como alianças de conveniência podem ser formadas para alcançar objetivos comuns, mas se desintegram rapidamente quando os interesses se tornam conflitantes. De forma similar, a coalizão liderada pela Arábia Saudita, que inicialmente uniu diversas partes em torno do governo de Hadi, também enfrentou divisões internas. A criação do CTS, com o apoio dos Emirados Árabes Unidos, e os embates subsequentes entre separatistas e forças pró-governo em Aden em 2019 evidenciam como interesses regionais e rivalidades locais não desapareceram pela necessidade de união que o conflito que eclodiu em 2015 trouxe. Assim, as alianças temporárias, moldadas pela necessidade estratégica do momento, deram lugar a novos conflitos, ampliando a instabilidade e dificultando uma solução abrangente para a crise iemenita.

Em abril de 2022 uma trégua foi assinada entre os Houthis e a coalizão, esta durou por seis meses, mas não foi renovada depois desse período. Entre os termos negociados, o acordo restabeleceu as importações de petróleo pelo porto de Hodeida, bem como voos comerciais limitados de Sanaã transportando mais de 42.500 passageiros, melhoraram a situação

humanitária da população que vive em áreas controladas pelos Houthis (ONU, 2023a, p.2). Ainda que o acordo de trégua não tenha sido renovado, desde dezembro de 2022, o conflito no Iêmen tem se mantido em baixa intensidade, caracterizado por uma trégua informal. A troca de prisioneiros em abril de 2023, incluindo figuras de destaque, representou um marco importante no processo de desescalada entre as partes (ONU, 2023b, p. 6). Contudo, o avanço das negociações enfrenta desafios significativos, como a retórica provocativa veiculada por mídias associadas aos Houthis e ao governo, que minam o ímpeto diplomático. As negociações com a Arábia Saudita estão paralisadas desde então, e o risco de retomada de confrontos militares exige um esforço coordenado e imediato das partes interessadas para evitar uma nova escalada do conflito.

O acordo de trégua também trouxe outra mudança significativa, a formação do Conselho de Liderança Presidencial (CLP), que substituiu o presidente Abdrabbuh Mansur Hadi como um mecanismo de governança coletiva. Apesar de mais inclusivo e representativo, reunindo líderes do Norte e do Sul com controle sobre forças armadas e territórios, o Conselho enfrenta desafios internos significativos devido às agendas políticas divergentes de seus membros (ONU, 2023a, p. 8). A unificação das forças armadas sob um comando centralizado permanece estagnada, apesar da criação de um comitê militar conjunto. Além disso, as tensões entre o CLP e o Conselho de Transição do Sul aumentaram, especialmente após a adesão de dois membros pró-governo ao Conselho de Transição, fortalecendo com vantagem numérica o CTS na busca por um Estado independente no Sul (ONU, 2023b, p. 8). Com os Houthis mantendo uma postura agressiva e ameaças constantes, a continuidade do Conselho como uma frente unificada e funcional está seriamente em risco, prejudicando os esforços para alcançar uma paz duradoura no país.

3.3 A crise humanitária

A crise humanitária no Iêmen, o país mais empobrecido e menos desenvolvido do Oriente Médio, foi gravemente exacerbada pela escalada do conflito em 2015, porém antes mesmo da intensificação da guerra, o Iêmen já enfrentava desafios significativos em termos de desenvolvimento humano e socioeconômico. Com uma população de aproximadamente 30 milhões de pessoas, o país ocupava posições alarmantes em diversos índices globais, como o Índice de Desenvolvimento Humano, onde estava classificado em 153º lugar, e na extrema pobreza, na qual ocupava a 138ª posição. No índice de expectativa de vida estava na 147º

colocação, além de apresentar baixos índices educacionais e uma renda classificada como baixa-média, conforme o Banco Mundial (Moyer et al, 2019).

Segundo dados do relatório *Assessing the Impact of War on Development in Yemen* da Universidade de Denver (2019), até 2018 haviam estimativas de que quase 250 mil pessoas morreram diretamente devido aos combates ou indiretamente por conta da falta de acesso a alimentos, serviços de saúde e infraestrutura básica. Entre essas vítimas, 60% eram crianças com menos de cinco anos. O retrocesso no desenvolvimento humano colocou o Iêmen entre os países mais devastados desde o fim da Guerra Fria, o desenvolvimento humano no país retrocedeu 21 anos. O relatório ainda apontou que, em 2015, os danos econômicos e físicos ultrapassaram US\$ 15 bilhões em custos diretos e indiretos da guerra.

Além das mortes, o conflito também gerou enormes desafios sociais e humanitários, com mais de 2 milhões de pessoas deslocadas internamente até 2018. Cerca de 89% dos deslocados viviam em condições precárias por mais de um ano, e mais de 2.500 escolas foram danificadas ou ocupadas por deslocados e grupos armados. A infraestrutura agrícola e de distribuição de alimentos foi gravemente afetada, assim como os sistemas de água e saneamento, sendo a água usada como uma arma no contexto do bloqueio e da destruição de infraestruturas essenciais (Moyer et al, 2019).

A fome, a pobreza e as doenças têm sido talvez as maiores tragédias do conflito. Mais da metade da população está em situação de insegurança alimentar grave, e a desnutrição tem sido responsável por 45% das mortes de crianças menores de cinco anos. Estima-se que cerca de 3,3 milhões de crianças estejam desnutridas, com 1 milhão enfrentando desnutrição aguda moderada e mais de 400.000 sofrendo de desnutrição aguda grave. Entre 2015 e 2018, a desnutrição aguda causou a morte de mais de 84.000 crianças. Além disso, o Iêmen enfrentou o maior surto de cólera da história, com mais de 1,3 milhão de casos suspeitos e mais de 2.600 mortes associadas, agravadas pelas condições precárias de saneamento (Moyer et al, 2019).

O relatório do Conselho de Direitos Humanos da ONU em um relatório de 2020 apontou que após seis anos de um conflito armado a guerra no Iêmen afetou milhões de civis com constantes restrições de acesso impostas pelas partes do conflito às organizações humanitárias, além dos bloqueios e obstrução de suprimentos essenciais. A falta de alimentos, medicamentos e combustíveis, dificultaram ainda mais a sobrevivência dos civis, que também conviveram com a destruição das infraestruturas de saúde, saneamento e educação contribuindo para agravar ainda mais a situação. Além disso, outras violações aos direitos humanos aconteceram como ataque a civis, tortura, desaparecimentos forçados e o recrutamento de crianças. O relatório descreve ainda que:

desde o início do conflito, aproximadamente 112.000 pessoas morreram como resultado direto das hostilidades, das quais cerca de 12.000 eram civis. O Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos documentou pelo menos 7.825 civis mortos (incluindo pelo menos 2.138 crianças e 933 mulheres) e 12.416 civis feridos (incluindo 2.898 crianças e 1.395 mulheres) como resultado direto do conflito armado entre março de 2015 (quando o Escritório começou a monitorar os dados) e junho de 2020. Esses números não incluem as milhares de pessoas que morreram devido ao agravamento das condições socioeconômicas, de saúde e humanitárias. (ONU, 2020b, p. 4, tradução nossa¹¹).

Em 2020, com o início da pandemia de Covid-19, a situação humanitária no Iêmen tornou-se ainda mais preocupante. Com grande parte da infraestrutura hospitalar comprometida, o sistema de saúde era precário, com menos da metade das unidades de saúde operacionais e incapazes de lidar com a pandemia (ONU, 2020b). A imunidade da população estava debilitada devido à desnutrição, a falta de serviços de saneamento, e ainda havia grupos mais vulneráveis como os deslocados internos. O relatório ainda aponta para a falta de informações sobre a pandemia no país uma vez que “medidas gravemente inadequadas são adotadas pelo Governo do Iêmen, pelas autoridades de fato e pelo Conselho de Transição do Sul, além da coleta precária de dados e relatos de tentativas de ocultar informações sobre as taxas de infecção” (ONU, 2020b, p. 5).

Mesmo com a desaceleração do conflito desde 2022, a situação humanitária no Iêmen em 2024 continua a ser uma das mais graves crises globais. Com mais da metade da população necessitando de ajuda, o país enfrenta um cenário de destruição em massa de infraestrutura, retrocesso social e graves violações de direitos humanos. Cerca de 17,8 milhões de pessoas, sendo metade delas crianças, precisam urgentemente de assistência médica, conforme alerta a Organização Mundial da Saúde (OMS). As crianças, em particular, são as mais afetadas, sendo vulneráveis a doenças que podem ser prevenidas por vacinas, como poliomielite, sarampo, coqueluche e difteria, além de enfrentarem taxas alarmantes de desnutrição. Atualmente, cerca de 2,4 milhões de crianças menores de cinco anos sofrem de atraso no crescimento, com suas vidas e futuros comprometidos (Conflito [...], 2024).

Mais de 18 milhões de pessoas, o que representa mais da metade da população do país, precisa de ajuda humanitária e de serviços de proteção, e aproximadamente 14 milhões dessas pessoas são mulheres e crianças (Agências [...], 2024). A crise humanitária no Iêmen é

¹¹ “since the beginning of the conflict, approximately 112,000 people have died as a direct result of hostilities, of whom around 12,000 were civilians.⁶ The Office of the United Nations High Commissioner for Human Rights has documented at least 7,825 civilians killed (including at least 2,138 children and 933 women) and 12,416 civilians injured (including 2,898 children and 1,395 women) as a direct result of the armed conflict between March 2015 (when the Office began such tracking) and June 2020. These figures do not include the many thousands of people who have died as a result of the worsening socioeconomic, health and humanitarian conditions.”

exacerbada por múltiplas ameaças, como o aumento da insegurança alimentar e o risco crescente de desnutrição, especialmente entre as crianças, que já enfrentam uma crise nutricional devastadora. Durante a atual estação chuvosa, o país tem presenciado um surto de cólera em rápida escalada, com mais de 40 mil casos suspeitos registrados até maio de 2024, além de um número crescente de mortes (ONU [...], 2024). O surto afeta principalmente as áreas controladas pelos Houthi, onde a propagação da doença é alarmante e milhares de novas infecções são registradas diariamente.

O aumento da insegurança alimentar tem levado especialistas internacionais a alertar sobre a iminência da fome em várias regiões do país, com a situação se tornando particularmente crítica em quatro distritos iemenitas (Fome [...], 2024). Em agosto de 2024, um aumento significativo no número de crianças com desnutrição aguda, de cerca de 34% em comparação ao ano anterior, foi registrado, destacando o agravamento da crise alimentar.

A crise também está diretamente relacionada às graves violações do direito internacional humanitário e dos direitos humanos, com os resíduos explosivos de guerra representando um perigo constante para os civis (Agências [...], 2024). Portanto, a crise humanitária no Iêmen em 2024 é marcada por uma combinação de fatores devastadores: um conflito prolongado, um colapso socioeconômico em larga escala, surtos de doenças, insegurança alimentar e desnutrição, e o contínuo desrespeito pelos direitos humanos.

4 AS AÇÕES DA ARÁBIA SAUDITA E DO IRÃ NA GUERRA DE 2015 A 2024

Nos últimos nove anos, o conflito no Iêmen tem sido objeto de atenção global, marcado pela complexidade de seus desdobramentos internos e pela intensa interferência de atores externos. Neste capítulo, fundamentado em notícias veiculadas pela mídia e em relatórios de instituições internacionais como a Organização das Nações Unidas (ONU), buscamos demonstrar as ações dos agentes regionais que contribuíram para escalada e manutenção desse conflito entre 2015 e 2024. Ao longo do período analisado, o conflito, inicialmente interpretado como uma guerra civil entre o governo iemenita e os rebeldes Houthis, adquiriu contornos regionais e internacionais, envolvendo interesses estratégicos de potências como a Arábia Saudita, o Irã e outros países do Golfo. Destaca-se a interferência dos agentes regionais, principalmente as ações militares sauditas, como os diversos bombardeios da coalizão liderada pelo país em favor do governo Hadi, e o apoio mais velado por parte do Irã ao grupo xiita Houthis. Enquanto o apoio iraniano ao conflito precisou ser investigado para concretizar as acusações de participação na manutenção da guerra iemenita, a Arábia Saudita adquiriu uma postura explícita, tanto nos objetivos quanto nas ações.

A Arábia Saudita, anos antes do início do atual conflito civil, desconfiava das intenções do Irã na região e já atuava de maneira protetora em relação ao Iêmen, financiando o governo de Saleh, por exemplo. O Irã, por sua vez, era acusado por Riad e por Saleh de fornecer apoio aos Houthis para além da manifestação retórica à causa Houthi, que enfatizava a solidariedade religiosa. Riad afirma que o Irã fornecia financiamento, treinamento e assistência material aos Houthis, evidenciado pelo fato de que acampamentos frequentados por membros do movimento incluíam palestras de membros do Hezbollah¹² (Grumet, 2015, p. 104).

Em 2009, a Arábia Saudita realizou uma intervenção militar no Norte do Iêmen, sua maior operação militar desde a Guerra do Golfo até então, para conter infiltrações de forças houthis em vilarejos sauditas. Contando com a autorização do governo de Sanaã, os sauditas utilizaram artilharia pesada e poder aéreo para combater os Houthis, com o objetivo de dismantelar as forças remanescentes do grupo (Grumet, 2015, p. 104). O Irã, então, reforçou seu apoio às forças Houthis enviando o Hezbollah para treinar os rebeldes. O conflito chegou ao fim em fevereiro de 2010, quando os Houthis se retiraram do território saudita. Já em 2013,

¹² O Hezbollah é um movimento xiita libanês que combina características de um movimento social, um partido político e uma força militar. Surgido no contexto das tensões no Líbano, consolidou-se como uma das principais forças políticas do país. A partir dos anos 1990, passou por um processo de integração à estrutura política libanesa, tornando-se uma parte influente na política libanesa. (ALMEIDA, 2023, p. 32).

foi apreendido na costa do Iêmen mísseis aéreos e explosivos C-4 com marcas iranianas em um carregamento com outras armas, reforçando a presença do apoio iraniano aos rebeldes. Esses acontecimentos, que não receberam grande cobertura internacional, foram importantes para demonstrar a pouca estabilidade que o Iêmen já apresentava e também a disposição da Arábia Saudita e do Irã de se envolver em conflitos civis para ampliar sua influência na região.

Logo após a concretização da tomada da capital pelo grupo rebelde, declarações foram feitas por ambos os países, nos dois casos era possível identificar insatisfações com os acontecimentos e qual era a postura que tomariam diante disto. O Conselho de Cooperação do Golfo (CCG), constituído pela Arábia Saudita, em um comunicado enfatizou a interdependência entre a segurança iemenita e a dos estados do CCG e afirmou que iriam agir contra o aumento das intervenções estrangeiras no Iêmen. Já o governo iraniano celebrou a ascensão dos Houthis ao poder, o presidente Hassan Rouhani chamou a tomada da capital de "corajosa e significativa"¹³ e o político Alireza Zakani declarou que o Irã agora controla quatro capitais Árabes: Bagdá, Damasco, Beirute e Sanaã. A afirmação de Zakani alimentou a, até então, teoria dos países da CCG de que o Irã financiou os Houthis (Gulf [...], 2015).

Enquanto a coalizão Saudita apoiou o presidente Hadi a fugir da capital para Áden após a invasão, os iranianos criticaram a decisão. Hossein Amir Abdollahian, então vice-ministro das Relações Exteriores iraniano, afirmou que Sanaã é a capital legítima do Iêmen e advertiu que aqueles que apoiam a separação ou o conflito civil a partir de Áden devem ser responsabilizados pelas consequências, dessa forma, Hadi deveria ter cumprido sua renúncia e não dividido o país. O vice-ministro também endereçou às frequentes acusações de apoiar a tomada de Sanaã pelos Houthis, negando qualquer interferência no Iêmen e afirmando apoiar a unidade e a independência do país (Iran [...], 2015).

Em meio aos desdobramentos iniciais do conflito a Organização das Nações Unidas tentou mediar negociações na capital Sanaã, entretanto o deslocamento de Hadi para Aden, não apenas impossibilitou tal medida como aumentou a tensão dos países do Golfo com os Houthis. Hadi considerou que seria inviável tentar negociar com os rebeldes dentro do território iemenita e pediu para que a Arábia Saudita sediasse os diálogos para resolver o impasse político, que aceitou. Nesse momento também vários Estados do Golfo transferiram suas embaixadas para Áden, consequência da saída de diplomatas estrangeiros de Sanaã em fevereiro, motivada pela instabilidade e insegurança na capital (Iran [...], 2015). O tráfego aéreo também sofreu

¹³ <https://www.middleeasteye.net/news/gulf-states-urge-yemen-safeguard-its-sovereignty-houthis-head-oil-pipeline>

alterações quando as companhias internacionais deixaram de operar no Iêmen e apenas voos Irã e Iêmen aconteciam, como é reportado no relatório do Conselho de Segurança da ONU de 2016:

Após o fechamento da maioria das representações diplomáticas em fevereiro, e a decisão das companhias aéreas internacionais de cessar as operações no Iêmen, Ansar Allah assinou, em 28 de fevereiro, um memorando de entendimento sobre cooperação e transporte aéreo com a República Islâmica do Irã, pelo qual os dois países realizaram voos diretos pela primeira vez. O acordo permitiu que duas empresas iemenitas e iranianas, Yemenia e Mahan Air, respectivamente, operassem 14 voos por semana por país. 4 O primeiro voo iraniano pousou em Sanaã em 1º de março, e um segundo em 6 de março, iniciando uma série de voos que continuaram até 26 de março, quando a coalizão impôs um bloqueio aéreo (ONU, 2016, p. 11; tradução nossa¹⁴).

Ao final de março de 2015, pouco mais de um mês após a tomada de Sanaã, uma coalizão formada por Estados aliados da Arábia Saudita e liderados pela mesma foi criada, com o objetivo de restabelecer o governo Hadi realizando ofensivas militares contra os Houthis. A coalizão era composta pelos Emirados Árabes Unidos, Bahrein, Kuwait, Catar, Jordânia, Marrocos e Sudão, que enviaram aeronaves. No dia 26 de março, a *BBC NEWS* noticiou ataques aéreos realizados pela coalizão contra posições dos rebeldes na capital Sanaã, que alegava estar “defendendo o governo legítimo”¹⁵ de Abdrabbuh Mansour Hadi (Saudi Arabia [...], 2015). Nesta ocasião foram atingidos uma base de mísseis, um depósito de combustível e um acampamento de forças especiais leal ao ex-presidente Saleh. Teve início aí a campanha ofensiva da coalizão saudita, denominada “Tempestade Decisiva”. Além dos países que oficialmente faziam parte da coalizão, a ONU reportou que “vários meios de comunicação e autoridades de países terceiros relataram que cidadãos não Árabes se juntaram à luta como mercenários ou membros de empresas de segurança privadas” (ONU, 2016, p. 12, tradução nossa¹⁶).

A ofensiva saudita, no entanto, foi motivo de controvérsia e aumento das tensões, a reação iraniana também foi noticiada pela *BBC*. O ministro das Relações Exteriores do país, Mohammad Javad Zarif, declarou que o Irã faria “todos os esforços para controlar a crise no Iêmen” (Saudi Arabia [...], 2015) e condenou os ataques aéreos, argumentando que violaram a soberania do Iêmen e exigiu a suspensão imediata das hostilidades.

¹⁴ “Following the closure of most diplomatic representations in February, and the decision by international airlines to cease operations in Yemen, Ansar Allah signed, on 28 February, a memorandum of understanding on air transport cooperation with the Islamic Republic of Iran by which the two countries would undertake direct flights for the first time. The deal allowed two Yemeni and Iranian companies, Yemenia and Mahan Air, respectively, to operate 14 flights per week per country. 4 The first Iranian flight landed in Sana’a on 1 March, and a second on 6 March, beginning a series of flights that continued until 26 March, when the coalition imposed an air blockade”

¹⁵ <https://www.bbc.com/news/world-us-canada-32061632>

¹⁶ “Several media outlets and third country officials have reported that non-Arab nationals have joined the fighting as mercenaries or members of private security companies.”

Quanto à reação internacional do conflito, junto a Arábia Saudita e os outros países do Golfo, Marrocos e Egito somaram com apoio aéreo e naval, enquanto o Sudão havia se comprometido com o envio de tropas terrestres. A reação dos Estados Unidos foi fornecer apoio logístico e de inteligência à coalizão, reforçando seu interesse na geopolítica da região. Paquistão e Turquia também manifestaram respaldo à intervenção saudita, enquanto o Paquistão prometeu interferir caso a integridade da Arábia Saudita fosse ameaçada. A Turquia posicionou-se a favor da operação saudita, reiterando sua desconfiança sobre a influência iraniana no Oriente Médio. Por outro lado, o Irã e o Hezbollah condenaram a intervenção, argumentando que a ofensiva saudita comprometia a soberania iemenita e resultaria em uma escalada de conflitos na região (Yemen president [...], 2015).

As ações dos agentes externos no conflito do Iêmen evidenciaram as alianças e rivalidades do Oriente Médio, a ofensiva aérea da coalizão liderada pela Arábia Saudita contra os Houthis no Iêmen intensificou as tensões regionais. Riad, acompanhada de aliados do Golfo e outros países Árabes, iniciou os ataques com o objetivo de, além de restabelecer o governo que havia sido derrubado, combater a influência iraniana que alegava haver por trás dos interesses dos Houthis. A coalizão militar revelou a polarização entre blocos regionais e destacou as complexidades da geopolítica do Oriente Médio, onde o apoio ou a condenação de cada país estava carregado de interesses estratégicos e rivalidades de longa data. A intervenção saudita e o posicionamento de resistência do Irã configuram uma disputa de poder que vai além do território iemenita, afetando todo o equilíbrio de forças no Golfo e no Oriente Médio.

Destacou-se a resposta dos Estados Árabes sunitas ao avanço dos Houthis sobre Áden, preocupando-se com a possibilidade de uma influência iraniana se consolidar totalmente na fronteira Sul saudita. A coalizão liderada pelos sauditas, que contava com cerca de 100 caças (MacDonald, 2015), representava uma iniciativa decisiva para conter a expansão dos Houthis. O governo iraniano condenou desde o início os ataques aéreos sauditas, classificando-os como uma violação da soberania iemenita, alertava também para o impacto da intervenção em vidas inocentes.

Durante a cúpula árabe em Sharm al-Sheikh, no dia 29 de março de 2015, diversos líderes Árabes manifestaram preocupação com o que veem como uma expansão iraniana na região. O presidente egípcio, Abdel Fattah al-Sisi, referiu-se à influência iraniana como uma “doença” que se espalha pelo Oriente Médio, enfatizando a necessidade de proteção contra ameaças externas. O rei Salman da Arábia Saudita reforçou, durante a cúpula, que o “derramamento de sangue” no mundo árabe era resultado da aliança entre o terrorismo e o

sectarismo, alimentada por “intervenções estrangeiras” que ameaçavam a estabilidade regional, além de ter atribuído a situação no Iêmen ao apoio iraniano aos Houthis (Arab [...], 2015).

Em abril de 2015, o Conselho de Segurança da ONU adotou uma resolução que impôs um embargo de armas aos Houthis no Iêmen, exigiu a retirada da milícia dos territórios capturados e congelou ativos globais de figuras-chave, incluindo Ahmed Saleh, filho do ex-presidente iemenita Ali Abdullah Saleh, e Abdul Malik al-Houthi, líder dos Houthis (ONU, 2015, p. 49). Em contrapartida, o Irã propôs um plano de paz, que defendeu um cessar-fogo seguido de negociações mediadas por terceiros, com o objetivo de formar um governo inclusivo. Segundo Mohammad Javad Zarif, ministro das Relações Exteriores do Irã, a proposta era uma solução diplomática para o conflito. O governo iemenita rejeitou a oferta de mediação do Irã, considerando-a inadequada devido ao papel ativo de Teerã na crise (UN imposes [...], 2015).

Menos de um mês após o início da Operação Tempestade Decisiva, a Arábia Saudita anunciou o fim da operação militar e afirmou que os objetivos foram alcançados e que a ameaça imediata aos cidadãos iemenitas foi neutralizada. Foi anunciado então o início da "Operação Restauração da Esperança"¹⁷ (Saudi-led [...], 2015), focada em uma solução política mediada, que nada mais era do que a resposta às pressões internacionais depois dos bombardeios lançados pela coalizão. Na prática, a campanha ofensiva continuou e a coalizão saudita continuou a impor um bloqueio aéreo e naval para prevenir o armamento dos Houthis.

Mesmo com o fim da campanha militar e a adoção de outra operação, que inicialmente parecia ter uma função menos agressiva, nada realmente mudou na postura da coalizão. No dia 28 de abril de 2015, jatos da coalizão bombardearam o aeroporto internacional de Sanaã, “atingindo a pista, vários aviões comerciais de passageiros e alguns dos edifícios do aeroporto” (ONU, 2016, p. 185), com o objetivo de impedir o pouso de duas aeronaves iranianas que carregavam suprimentos de ajuda humanitária (Yemen airport [...], 2015). Ao bombardearem o aeroporto, eles impediram que os aviões iranianos pousassem, sem causar atritos diretos com o Irã, e também atingiu um ponto estratégico para sufocar os Houthis. A ação fez parte do bloqueio aéreo e naval imposto pela coalizão saudita a fim de impedir que os Houthis recebessem qualquer tipo de apoio e armas. Entretanto o bloqueio impactou profundamente a população iemenita ao restringir a entrada de alimentos e medicamentos.

Em junho de 2015, dias antes das negociações de paz que aconteceu na Genebra mediadas pela ONU, a situação na região se agravou com o lançamento de um míssil Scud,

¹⁷ <https://www.middleeasteye.net/news/saudi-led-coalition-declares-end-yemen-campaign>

arma com curto alcance e pouca precisão, por combatentes Houthis em direção à Arábia Saudita (Yemen crisis [...], 2015). Os sauditas conseguiram abater o míssil, porém a coalizão relatou combates na fronteira. As negociações em Genebra, realizadas entre os dias 15 e 19 de junho não chegaram a nenhum acordo entre as partes, as autoridades do governo pediam por uma retirada total dos Houthis, o que impossibilitou um acordo.

Até esse momento do conflito, os Houthis tinham conseguido tomar uma significativa área do país, incluindo as principais províncias no sul. Os ataques da coalizão, até então, haviam conseguido destruir parte do poder bélico do grupo, mas não os fez recuar. Em agosto de 2015, os rebeldes foram efetivamente expulsos das principais províncias do Sul “em grande parte devido ao crescente apoio às forças pró-Hadi da Arábia Saudita e dos Emirados Árabes Unidos, inclusive por meio do envio de milhares de tropas sauditas e emiradenses, e centenas de outros parceiros da coalizão” (Juneau, 2016, p. 654).

O relatório de 2016 do Conselho de Segurança da ONU documenta que mísseis guiados anti-tanque, que começaram a ser utilizados pelas forças Houthi-Saleh a partir de agosto, poderiam ser originários do Irã. A partir de vídeos divulgados pelos Houthis em seu canal de televisão, Al-Masirah, foi possível definir que os armamentos tinham características semelhantes aos mísseis 9M113 Konkurs e 9M133 Kornet, de fabricação russa, ou variantes produzidas no Irã, apontando para possíveis fontes externas de fornecimento. O relatório também aponta que o canal de televisão Al-Arabiya relatou a interceptação de um carregamento de armas em 25 de setembro na costa de Omã, supostamente destinado às forças Houthi-Saleh no Iêmen. O material apreendido incluía mísseis guiados antitanque com especificações, pintura e marcações similares às dos armamentos exibidos pelos Houthis em vídeos postados online. O porta-voz militar saudita, Brigadeiro-General Ahmed Asiri, confirmou que o carregamento continha armas iranianas destinadas ao grupo no Iêmen, reforçando as alegações de envolvimento direto do Irã no fornecimento de armamentos às forças Houthi-Saleh (ONU, 2016, p. 23).

O ano de 2016 começou com o acirramento das tensões entre Irã e Arábia Saudita e o rompimento das relações entre os países depois do ataque à embaixada saudita em Teerã, onde manifestantes iranianos protestaram contra a execução do clérigo xiita Nimr al-Nimr, realizada por Riad. O ministro das Relações Exteriores da Arábia Saudita, Adel al-Jubeir, expressou a convicção de que a Arábia Saudita havia obtido vitórias sobre o Irã no Iêmen, referindo-se à coalizão liderada pelo seu país que combate os Houthis, e enfatizou que a Arábia Saudita se posicionaria contra o Irã em qualquer cenário onde este se manifestasse (Saudi Arabia severs [...], 2016).

Além do rompimento das relações diplomáticas, a situação humanitária no Iêmen também se agravou. O relatório publicado em 2016 pelo *Human Rights Watch* aponta que os ataques aéreos da coalizão violaram o direito humanitário internacional matando e ferindo milhares de civis. Também indicou o uso de bombas de fragmentação pela coalizão saudita, com evidências do uso de pelo menos três tipos de munições de fragmentação usadas no Iêmen em 2015. Apesar das convenções internacionais que proíbem o uso desse tipo de armamento, a Arábia Saudita não é signatária do tratado que proíbe o uso de munições de fragmentação. Os principais fornecedores de equipamentos bélicos para a Riad nesse período foram os Estados Unidos e o Reino Unido, que sofreram grandes pressões internas para pararem a venda de armas devido aos crimes de guerra que estavam sendo cometidos. Sobre os ataques aéreos, que vitimaram civis no ano de 2015, a *Human Rights Watch*¹⁸ (2016, tradução nossa¹⁹) descreveu:

A Human Rights Watch documentou dezenas de ataques aéreos da coalizão que parecem ter sido ilegalmente indiscriminados, causando baixas civis, algumas das quais podem ter sido consideradas crimes de guerra. Eles incluem um ataque aéreo em 30 de março em um campo para deslocados internos perto da fronteira do Iêmen com a Arábia Saudita, que matou pelo menos 29 civis; um ataque aéreo em 31 de março em uma fábrica de laticínios fora de Hudayadah, que matou pelo menos 31 civis; um ataque aéreo em 12 de maio em um mercado e um pomar de limão vizinho na cidade de Zabid, ao Sul de Hudayadah, matando pelo menos 60 civis; um ataque aéreo em 4 de julho em um mercado de vilarejo em Muthalith Ahim, ao Sul da fronteira saudita, matando pelo menos 65 pessoas; e um ataque aéreo em 24 de julho em casas na cidade portuária de Mokha, que matou pelo menos 65 civis. No reduto Norte dos Houthis, Saada, a Human Rights Watch examinou uma dúzia de ataques aéreos da coalizão que destruíram ou danificaram casas, cinco mercados, uma escola e um posto de gasolina, mas não encontrou evidências de alvos militares. Os ataques mataram 59 pessoas, todas supostamente civis, incluindo pelo menos 35 crianças, entre 6 de abril e 11 de maio.

Durante o ano de 2016 mais violações aos direitos humanitários aconteceram e mais civis foram mortos pela coalizão, gerando ainda mais pressão internacional contra as ações sauditas. Notícias como um ataque aéreo da coalizão sobre socorristas civis que estavam trabalhando para retirar vítimas de um ataque anterior (Donaghy, 2016) ou o ataque a um mercado que matou 106 civis (Rights [...], 2016), geraram ainda mais comoção internacional e

¹⁸ <https://www.hrw.org/world-report/2016/country-chapters/yemen>

¹⁹ “Human Rights Watch documented dozens of coalition airstrikes that appear to have been unlawfully indiscriminate, causing civilian casualties, some of which may have amounted to war crimes. They include a March 30 airstrike on a camp for internally displaced persons near Yemen’s border with Saudi Arabia that killed at least 29 civilians; a March 31 airstrike on a dairy factory outside Hodaida that killed at least 31 civilians; a May 12 airstrike on a market and neighboring lemon grove in the town of Zabid, south of Hodaida, killing at least 60 civilians; a July 4, airstrike on a village market in Muthalith Ahim, south of the Saudi border, killing at least 65 people; and a July 24 airstrike on homes in the port city of Mokha that killed at least 65 civilians. In the Houthis’ northern stronghold of Saada, Human Rights Watch examined a dozen coalition airstrikes that destroyed or damaged homes, five markets, a school, and a gas station, but found no evidence of military targets. The strikes killed 59 people, all reportedly civilians, including at least 35 children, between April 6 and May 11.”

pressão para que os dois principais países que vendiam armas para a Arábia Saudita parassem de fazê-lo. A Anistia Internacional publicou, em fevereiro de 2016, que 11 países, incluindo o Reino Unido e os EUA, relataram licenças e vendas para a Arábia Saudita de mais de 25 bilhões de dólares em 2015, incluindo drones, bombas, torpedos, foguetes e mísseis (States [...], 2016).

Além do rechaçamento internacional as suas ações, a pressão sofrida pelos fornecedores de armas para que parassem, nesse momento da guerra as forças apoiadas pela coalizão ainda não tinham feito grandes avanços no Norte do país. As forças de Hadi haviam conseguido expulsar os rebeldes da maior parte da região sul, mas não tiveram grande avanço ao norte, muito menos na capital, Sanaã, como descreve o relatório do Conselho de Segurança:

Os Houthis continuaram a controlar a capital e o município de Sanaã e 13 das 21 províncias. Isso representa 27 por cento da área de superfície do Iêmen e compreendia mais de 80 por cento da população total antes do conflito. Os Houthis controlam todas ou a maioria das províncias de Amran, Dhamar, Hajjah, Hodeida, Ibb, Mahwit, Raymah e Sa'dah, além do município de Sanaã. Além disso, eles controlam porções significativas de Bayda' e Jawf e permanecem ativos em Ta'izz. (ONU, 2017, p. 10, tradução nossa²⁰)

Ainda no ano de 2016, conversas sobre acordos de paz voltaram a acontecer, dessa vez com o Kuwait como mediador. Mas nenhum avanço realmente foi feito e até o final de 2016 a coalizão realizou ataques aéreos a um hospital onde havia profissionais do Médicos Sem Fronteiras e a uma cerimônia fúnebre. No último caso, o Irã solicitou ajuda da ONU para evacuar os mais de 500 feridos no ataque (Iran [...], 2016).

Em outubro de 2016, na fronteira entre o Iêmen e a Arábia Saudita, apesar de um cessar-fogo de três dias acordado entre rebeldes houthis e forças pró-governo iemenitas, tiroteios foram registrados, evidenciando a dificuldade de manutenção da trégua em meio ao conflito. A coalizão liderada pela Arábia Saudita, também lançou ataques aéreos contra lançadores de mísseis dos rebeldes no leste da capital, Sanaã. Essas operações ocorreram após a interceptação de dois mísseis houthis na região de Marib (Fighting [...], 2016). A trégua temporária de 72 horas que não foi acatada, visava permitir a entrega de ajuda humanitária à população iemenita, gravemente afetada pelos anos de conflito.

No ano de 2017, a coalizão liderada por Riad foi responsabilizada pelo *Human Rights Watch* por pelo menos 58 ataques aéreos que feriam o direito internacional humanitário desde

²⁰ “The Houthis have continued to control the capital and municipality of Sana'a and 13 of the 21 governorates. This represents 27 per cent of the surface area of Yemen and comprised more than 80 per cent of the total population before the conflict. The Houthis control all or most of the governorates of Amran, Dhamar, Hajjah, Hudaydah, Ibb, Mahwit, Raymah and Sa'dah, in addition to the municipality of Sana'a. In addition, they control significant portions of Bayda' and Jawf and remain active in Ta'izz.”

o início de sua intervenção no Iêmen. Os bombardeios foram responsáveis por matar quase 800 civis, atingindo casas, mercados, hospitais, escolas e lugares religiosos. Alguns dos ataques citados foram o ataque no mercado em março de 2016 e o ataque de outubro de 2016 no funeral. O bloqueio naval e aéreo imposto pela coalizão também foi alvo de críticas pela organização internacional por limitar a importação de produtos vitais para o funcionamento da cidade e dos hospitais, por exemplo, gasolina para os geradores (Human Rights Watch, 2017).

Em dezembro de 2017 as primeiras provas do real envolvimento do Irã na guerra são expostas, especialistas da ONU encontram em fragmentos de um míssil uma ligação com um fabricante iraniano, o *Shahid Bagheri Industrial Group*, que desrespeitou o embargo de armas imposto em 2015 contra os Houthis. Assim, Teerã não estava em conformidade com o parágrafo 14 da resolução 2216. O Irã respondeu a acusação dizendo que esta era apenas uma maneira dos EUA desviar a atenção das ações deles na guerra.

O Painel identificou restos de mísseis, equipamentos militares relacionados e veículos aéreos militares não tripulados que são de origem iraniana e foram trazidos para o Iêmen após a imposição do embargo de armas direcionado. Como resultado, o Painel conclui que a República Islâmica do Irã está em descumprimento do parágrafo 14 da resolução 2216 (2015) por não ter tomado as medidas necessárias para impedir o fornecimento, venda ou transferência direta ou indireta de mísseis balísticos de curto alcance Borkan-2H, tanques de armazenamento de campo para oxidante bipropelente líquido para mísseis e veículos aéreos não tripulados Ababil-T (Qasef-1) para a então aliança Houthi-Saleh. (ONU, 2018, p. 2, tradução nossa²¹)

O ano de 2018 foi marcado por ataques Houthis na Arábia Saudita, demonstrando explicitamente como a guerra não ficou apenas no âmbito interno. Ataques de drones foram registrados contra uma propriedade da Saudi Aramco no Sul da Arábia Saudita e posteriormente houve um ataque interceptado na capital, Riad (Houthis [...], 2018). No mesmo ano as forças da coalizão iniciaram um ataque para tomar a principal cidade portuária que estava sob as forças Houthis, Hudayadah, o que desencadeou em ainda mais problemas humanitários por bloquear uma importante entrada de suprimentos para o país. O relatório de 2019 do Conselho de Segurança da ONU aponta que “a comunidade internacional colocou considerável pressão sobre a coalizão liderada pela Arábia Saudita e os Houthis para suspender os combates em Hodeida, um evento que pode ter agravado as condições de insegurança alimentar para um

²¹ “The Panel has identified missile remnants, related military equipment and military unmanned aerial vehicles that are of Iranian origin and were brought into Yemen after the imposition of the targeted arms embargo. As a result, the Panel finds that the Islamic Republic of Iran is in non-compliance with paragraph 14 of resolution 2216 (2015) in that it failed to take the necessary measures to prevent the direct or indirect supply, sale or transfer of Borkan-2H short-range ballistic missiles, field storage tanks for liquid bipropellant oxidizer for missiles and Ababil-T (Qasef-1) unmanned aerial vehicles to the then Houthi-Saleh alliance.”

estado de fome” (ONU, 2019, p. 2, tradução nossa²²). Na figura 3 é possível observar a localização da cidade no território Iêmenita.

Figura 3 - Localização de Hodeida



Fonte: Google Maps (2024)

No final de 2018, em Estocolmo, o grupo xiita e o governo Hadi em negociações de paz mediadas pela ONU, chegaram a um acordo que começou a ser implantado no início de 2019 com a troca de prisioneiros. Além disso, as partes haviam concordado na criação de uma zona desmilitarizada e no compromisso de realizarem novas conversas sobre a paz (ONU, 2019). Durante o ano de 2019 algumas das medidas avançaram, a cidade de Hudayadah, que ainda era uma zona de combate entre as forças da coalizão e os Houthis, teve a retirada do grupo iniciada depois da implementação do acordo negociado na Suécia. A trégua, que também foi negociada na ocasião, foi majoritariamente mantida pelas partes, porém a redistribuição dos soldados estagnou, fazendo com que cada parte culpasse a outra por atrapalhar o acordo.

Em abril do mesmo ano, os ataques aéreos da coalizão voltaram a acontecer em um acampamento na capital Sanaã que continha drones do grupo Houthis. Em junho os Houthis começaram o que seria o primeiro de 3 ataques a aeroportos civis da Arabia Saudita no ano de 2019, o primeiro deles deixou mortos e os seguintes foram interceptados. De acordo com a

²² “[...] the international community placed considerable pressure on the Saudi Arabia-led coalition (the coalition) and the Houthis to suspend fighting in Hudaydah, an event that may have escalated the conditions of food insecurity to a state of famine.”

ONU os Houthis utilizaram “veículos aéreos não tripulados de curto alcance Qasef-2K e artilharia de foguetes Badr-1 em alvos na região da fronteira Sul da Arábia Saudita, que incluem o ataque letal ao Aeroporto Internacional de Abha em 23 de junho de 2019.” (ONU, 2020a, p. 20, tradução nossa²³).

Em 2019 a coalizão passa por atritos internos quando os Emirados Árabes Unidos, que nos estágios iniciais se destacaram como um dos membros mais ativos da coalizão liderada pela Arábia Saudita, apoiam o Conselho de Transição do Sul (CTS) contra as forças do governo. O país observava a expansão dos Houthis e a captura de Aden como ameaças à sua segurança marítima. Assim, a conquista de influência sobre os portos do Sul do Iêmen tornou-se uma prioridade, desde 2015, os Emirados começaram a se aproximar de grupos separatistas do Sul do Iêmen, apoiaram diversas milícias, tribos e grupos do Sul do país, consolidando sua presença naval. Ao implementar em Aden um governo que favorecesse os EAU pretendiam controlar rotas marítimas estratégicas para o comércio internacional no Golfo de Aden e no Mar Árabe (Pinto, 2022, p. 27).

Em 2020, com o início da pandemia de Covid-19, a situação humanitária no país agravou-se, a coalizão decidiu então iniciar um cessar-fogo unilateral para que o país pudesse lidar com a pandemia, os rebeldes não concordaram em cessar fogo sem que o bloqueio naval e aéreo da coalizão fosse retirado, sendo assim a medida não foi bem sucedida (Saudi-led [...], 2020). Os Houthis continuaram com ataques transfronteiriços contra a Arábia Saudita e a coalizão continuou com ataques aéreos em territórios dominados pelo grupo, principalmente Sanaã. Além disso, por mais um ano seguido a Arábia Saudita foi acusada de crimes internacionais pelo *Humans Rights Watch* e as potências ocidentais e o Irã foram apontadas no relatório da ONU como fornecedores de armamentos que alimentavam o conflito. O principal ponto de tensão neste ano foi a província de Marib, uma das províncias mais ricas em recursos e último reduto no Norte do governo e da coalizão que o apoia. O grupo xiita começou a se aproximar do território em março depois de já terem cortado uma importante linha de abastecimento da província de Jawf para Marib, a província de Jawf, nordeste de Sanaã, foi tomada pelos rebeldes no mesmo mês e a segunda teve avanço do grupo em seu território (Al-Shamahi [...], 2020). Depois de 5 anos de guerra, os Houthis tiveram avanços ao norte, mesmo com a disparidade de recursos do grupo com as forças de Hadi, que tem como aliados a coalizão saudita, e com o isolamento internacional e doméstico do grupo. A seguir, a figura 4 destaca a

²³ “[...] Qasef-2K shorter-range uncrewed aerial vehicles and Badr-1 rocket artillery on targets in the southern border region of Saudi Arabia, which include the lethal attack on Abha International Airport on 23 June 2019.”

localização de Marib, que por ser a província vizinha da capital, tinha uma grande importância estratégica para a coalizão ao mantê-los perto da capital e não confinados apenas no Sul do país.

Figura 4 - Localização da província de Marib no Iêmen



Fonte: Google Maps (2014)

Em 2021, houve grande pressão internacional, principalmente dos EUA, para que a Arábia Saudita acabasse com o conflito iemenita, isso em meio a diversos ataques transfronteiriços do grupo rebelde contra o reino. Novamente Riad tentou implementar um cessar-fogo, em meio a intensificação dos combates em Marib, que foi negado pelos Houthis por não retirar completamente o bloqueio aéreo e naval (Saudi Arabia proposes [...], 2021). Marib, região que abriga campos de petróleo essenciais para a produção de combustíveis básicos para a vida dos iemenitas, continuou a ser a principal ponte de tensão neste ano, com a possibilidade de deslocar milhares de pessoas que buscam refúgio na região no início da guerra.

Em 2022 houve uma escalada significativa do conflito, “em 17 de janeiro, ataques Houthi sem precedentes em Abu Dhabi resultaram em vítimas civis” (ONU, 2023a, p. 2, tradução nossa²⁴), gerando uma reação ainda mais ofensiva da coalizão que também é formada pelos Emirados Árabes Unidos. A coalizão intensificou os ataques aéreos atingindo um complexo de telecomunicações na capital, controlado pelos Houthis, e também foi acusada de atingir um presídio. Em março, os Houthis atingiram um depósito de petróleo em Jeddah, cidade portuária saudita, enquanto a cidade recebia o Grande Prêmio da Fórmula 1 (Richards, 2022),

²⁴ “On 17 January, unprecedented Houthi attacks on Abu Dhabi resulted in civilian casualties.”

o país estava no centro da mídia esportiva naquele momento e a ofensiva do grupo xiita foi vergonhosa para Riad. Os ataques a Jeddah nesse final de semana tiveram como reação saudita Arábia Saudita ataques aos portos marítimos de Hodeida e Salif, controlados pelos Houthis.

Os houthis logo tentaram colocar em prática uma trégua de três dias e negociar um cessar-fogo permanente, com a condição que os sauditas interrompessem seus ataques aéreos, levantassem o bloqueio do Iêmen e removessem suas tropas, mas a coalizão continuou com os ataques (Yemen: Houthis [...], 2022). Até que em abril o passo mais significativo para acabar com o conflito até então aconteceu, ambos os lados concordaram com uma trégua, que também permitiu a entrada de combustível para áreas controladas pelos Houthis e que alguns voos fossem operados a partir do aeroporto de Sanaã, além da remoção de Hadi como presidente. A troca de prisioneiros também foi uma das medidas adotadas e posta em prática (Yemen: Warring [...], 2022). Dois meses depois a trégua foi renovada, marcando uma grande mudança no andamento do conflito.

Em outubro, mesmo que grande parte dos combates tivessem parado, a trégua fracassou. Ainda sim, um grande avanço havia sido feito e em abril de 2023 novas negociações para um cessar-fogo permanente começaram, e desde então não houveram combates entre a coalizão e os Houthis. As mudanças expressivas no conflito do Iêmen aconteceram logo que as relações entre Irã e Arábia Saudita começaram a ser restabelecidas. O relatório do Conselho de Segurança da ONU (2023b, p. 7, tradução nossa²⁵) coloca sobre a mudança na relação dos países catalisadores, que:

Fatores regionais e internacionais contribuíram para uma situação de trégua prolongada no Iêmen. Por exemplo, a reaproximação saudita-iraniana sob os auspícios da China resultou em um acordo em março de 2023. Além disso, o início de conversas diretas entre a Arábia Saudita e os Houthis em Sanaã, sob os auspícios de Omã, abriu caminho para conversas concretas, que podem resultar em um acordo de paz. Esta nova abordagem saudita para chegar a uma solução negociada do conflito iemenita foi percebida como um sinal de boa vontade e foi elogiada por vários atores regionais. Alguns analistas interpretaram a nova estratégia como um reflexo da determinação saudita de interromper os confrontos militares para se concentrar em sua estratégia de desenvolvimento para 2030.

No mesmo período que a guerra do Iêmen perdeu força e começou a ter medidas efetivas para a paz, um ataque do Hamas a Israel desencadeou outra guerra no Oriente Médio. Desde o ataque do grupo palestino à Israel, Tel Aviv tem coordenado uma intensa ofensiva contra a faixa

²⁵ “Regional and international factors contributed to an extended truce-like situation in Yemen. For example, the Saudi-Iranian rapprochement under the auspices of China resulted in an agreement in March 2023. In addition, the initiation of direct talks between Saudi Arabia and the Houthis in Sana’a, under the auspices of Oman, paved the way for concrete talks, which may result in reaching a peace agreement. This new Saudi approach to reaching a negotiated settlement of the Yemeni conflict was perceived as a sign of goodwill and was praised by various regional actors. Some analysts interpreted the new strategy as a reflection of the Saudi determination to halt military confrontations to focus on its 2030 development strategy.”

de Gaza, os Houthis em defesa dos palestinos começaram a atacar navios na costa do Iêmen. Em dezembro de 2023, o grupo xiita iemenita começou a ganhar notoriedade pelos ataques a navios no Mar Vermelho. Enquanto os EUA lançaram uma força tarefa naval multinacional para combatê-los, quase nenhum país do Oriente Médio tomou qualquer iniciativa ou integrou a força tarefa, demonstrando como os países da região não querem ter envolvimento defendendo o conflito em Gaza e ressuscitando o conflito com os Houthis (Israel-palestine war [...], 2023).

Ao longo deste capítulo, explorou-se como o conflito no Iêmen, inicialmente caracterizado como uma disputa interna, evoluiu para um campo de batalha estratégico envolvendo potências regionais e internacionais. As ações dos agentes externos, como a Arábia Saudita e o Irã, revelaram que as dinâmicas do conflito transcendem questões locais, sendo impulsionadas por rivalidades históricas e disputas por influência no Oriente Médio. A Arábia Saudita, com sua postura militar explícita e liderança de uma coalizão de países Árabes, demonstrou uma estratégia centrada em conter a expansão dos Houthis e a influência iraniana. Por outro lado, o Irã, embora inicialmente negasse seu envolvimento direto, foi apontado por investigações internacionais como um apoiador significativo do movimento Houthi. Esses antagonismos ampliaram o escopo e a intensidade da guerra, transformando-a em um símbolo da polarização regional entre sunitas e xiitas e evidenciando as fragilidades estruturais do sistema político e social iemenita.

O capítulo também destacou como os interesses estratégicos e as rivalidades entre os países do Golfo moldaram não apenas o desenvolvimento do conflito, mas também a resposta internacional. As alianças formadas, os embargos implementados e as negociações fracassadas ilustram um cenário de tensões prolongadas, onde o custo humanitário se agravou drasticamente.

5 ANÁLISE SOB A PERSPECTIVA DA TEORIA REALISTA

O conflito no Iêmen, inserido no contexto da rivalidade histórica entre a Arábia Saudita e o Irã, pode ser entendido a partir da análise das dinâmicas de poder no Oriente Médio através da teoria realista. A luta por influência e hegemonia entre essas duas potências regionais é marcada por questões religiosas e sectárias, refletindo a divisão entre sunitas e xiitas, que é base das políticas externas de ambos os países. A teoria realista, com sua ênfase na busca por poder e na maximização de interesses nacionais, serve como um arcabouço teórico para compreender as ações da Arábia Saudita e do Irã, especialmente no que se refere à instrumentalização de conflitos sectários para reforçar suas posições geopolíticas. Este capítulo irá explorar como os princípios do realismo político, especialmente a concepção de poder e legitimidade, podem esclarecer as estratégias e os comportamentos desses dois agentes no Iêmen, um ponto estratégico que simboliza a competição por dominação regional no Oriente Médio.

5.1 As raízes da rivalidade saudita-iraniana

A política de identidade no Oriente Médio, principalmente o cisma entre sunitas e xiitas, é fundamental para compreender a dinâmica da rivalidade saudita-iraniana, que envolve disputas de legitimidade transnacional e reivindicações identitárias. As identidades estatais estão intrinsecamente ligadas às relações dos cidadãos com aqueles que estão fora de suas comunidades e territórios. Nesse contexto, a identidade islâmica é um importante fator nos interesses nacionais de cada Estado, e sua influência nas práticas e significados associados a essa identidade é crucial. As tensões entre a Arábia Saudita e o Irã refletem aspirações opostas à liderança islâmica, cada uma respaldada por sistemas políticos distintos. Sobre isso Grumet (2015, p. 26, tradução nossa²⁶) destaca a necessidade de estar atento:

a quão profundamente a identidade islâmica é importante na mudança de práticas e significados vinculados a essa identidade. As identidades nacionais, especialmente no Oriente Médio, são fluidas e mudam constantemente, as identidades não são mutuamente exclusivas. Essencialmente, as tensões estruturais sauditas-iranianas representam duas aspirações opostas para a liderança islâmica com dois sistemas políticos muito diferentes.

²⁶ “how deeply the Islamic identity is important in the shifting of practices and meanings attached to that identity. National identities, especially in the Middle East, are fluid and constantly changing, identities are not mutually exclusive.⁴⁰ Essentially, the Saudi-Iranian structural tensions represent two opposing aspirations for Islamic leadership with two vastly different political systems.”

Eventos como a Revolução Iraniana, a invasão do Iraque pelos EUA em 2003 e a Primavera Árabe de 2011 transformaram a identidade estatal da Arábia Saudita e do Irã, alterando a percepção que cada país tem do outro. Ambos afirmam que suas sociedades e sistemas políticos são fundamentados em valores islâmicos autênticos e que governam de acordo com a lei divina e a Sharia, um código legal derivado do Alcorão e complementado pelas tradições de Maomé e das primeiras gerações de muçulmanos. Portanto, para os dois Estados, há uma relação entre islamismo e política, cada um com interpretações diferentes sobre formas e regras de governo baseadas em vertentes diferentes do islamismo, o xiismo e o sunismo.

O conflito entre sunitas e xiitas é uma divisão política e religiosa que remonta à morte de Maomé em 632 d.C. e ao subsequente debate sobre quem seria o legítimo sucessor no islamismo. Dos 1,6 bilhões de muçulmanos no mundo, aproximadamente 1,3 bilhão são sunitas e cerca de 200 milhões são xiitas, enquanto o restante se identifica com outras denominações islâmicas. Mesmo com a minoria discrepante, no entorno do Golfo Pérsico, uma região de grande importância econômica e geoestratégica, os xiitas constituem a maioria da população.

Existem diferenças significativas entre ambas as ortodoxias. A primeira diferença diz respeito à liderança política. Após a morte de Maomé, surgiram divergências sobre quem deveria ser o sucessor legítimo do Profeta na liderança da comunidade islâmica. Sobre as diferentes interpretações de quem deveria ser o líder político, Upal e Cusack explicam:

Os sunitas acreditam que os quatro califas (Abū Bakr al-Ṣiddīq, ‘Umar ibn al-Khaṭṭāb, ‘Uthmān ibn ‘Affān e ‘Alī ibn Abī Ṭālib) que lideraram a umma após a morte de Maomé eram líderes legítimos da comunidade islâmica e foram 'corretamente guiados' por Allāh. Isso contrasta com a visão xiita de que apenas ‘Alī e sua progênie eram os sucessores legítimos do profeta Maomé e que os três primeiros califas eram, portanto, ilegítimos. (Upal e Cusack, 2021, p.23, tradução nossa²⁷)

Aqueles que acreditavam que a liderança deveria permanecer na família apoiaram Alī, formando a corrente xiita. Por outro lado, a maioria da comunidade acreditava que Abū Bakr deveria ser o sucessor de Maomé, argumentando que, como não havia instruções claras sobre o assunto, a liderança deveria ser escolhida por consenso. Esse grupo majoritário é conhecido como sunita. Em relação à liderança política, existem divergências sobre a autoridade do líder. Enquanto os sunitas defendem as instituições políticas existentes, os xiitas sustentam que o

²⁷ “Sunnīs believe that the four caliphs (Abū Bakr al-Ṣiddīq, ‘Umar ibn al-Khaṭṭāb, ‘Uthmān ibn ‘Affān, and ‘Alī ibn Abī Ṭālib) who led the umma after the death of Muḥammad were legitimate leaders of the Islamic community and were ‘rightly guided’ by Allāh. This contrasts with the Shi‘ite view that only ‘Alī and his progeny were the rightful successors of Prophet Muḥammad and that the first three caliphs were thus illegitimate”

sucessor deve ser não apenas o líder, mas também o intérprete da religião e guardião de seu conhecimento.

Os desdobramentos da Revolução Iraniana resultaram em um conflito sectário entre sunitas e xiitas. Embora tanto o Irã quanto a Arábia Saudita possuam consideráveis recursos militares e econômicos, ambos perceberam que não tinham a capacidade de estabelecer a dominação um sobre o outro por meio da força. Assim, ambos buscam influência regional concentrando-se na disseminação de guerras culturais e políticas, especialmente aflorando questões religiosas das populações do Oriente Médio.

Entre 2003 e 2011, a rivalidade entre a Arábia Saudita e o Irã intensificou-se, moldando significativamente o equilíbrio de poder no Oriente Médio. A invasão liderada pelos EUA no Iraque em 2003, que resultou na queda de Saddam Hussein, transformou o cenário político da região ao encerrar décadas de domínio sunita e abrir caminho para a ascensão de líderes xiitas ligados ao Irã. Esse evento não apenas alterou a dinâmica de poder interno no Iraque, mas também impactou o equilíbrio entre sunitas e xiitas em todo o Oriente Médio. Enquanto os Estados Unidos apoiaram inicialmente os xiitas na reconstrução do Iraque, a influência crescente do Irã no novo governo iraquiano alimentou tensões sectárias.

A queda do regime de Saddam Hussein marcou um ponto de inflexão nas relações entre o Irã e a Arábia Saudita, que passaram a competir mais diretamente pelo domínio político e religioso no Oriente Médio. Ambos os países utilizaram o islamismo como ferramenta estratégica para consolidar suas influências. Enquanto o Irã fortaleceu sua posição no Iraque através de investimentos econômicos, apoio diplomático, e a mobilização de milícias armadas treinadas pela Força Quds do Corpo da Guarda Revolucionária Iraniana (Grumet, 2015, p. 88), a Arábia Saudita respondeu com apoio financeiro a figuras políticas iraquianas que representavam os interesses da comunidade sunita, como o Dr. Ayad Allawi (Grumet, 2015, p. 88).

O aumento do sectarismo no mundo muçulmano não pode ser reduzido apenas à rivalidade religiosa; trata-se também de um mecanismo de mobilização política étnico-religiosa. A divisão sunita-xiita reflete tanto as circunstâncias históricas quanto a manipulação da identidade religiosa como instrumento de poder. Esse cenário alimentou o ambiente de violência e instabilidade no Oriente Médio, contribuindo para o caos político e a fragmentação regional que persiste até hoje.

O Golfo Pérsico é a principal arena de conflito entre Arábia Saudita e Irã, tanto por uma questão de proteção das proximidades por parte de Riad, quanto pela localização geográfica estratégica que compele a atenção de Teerã. Enquanto a Arábia Saudita exerce uma forte

influência política sobre as monarquias do Golfo, o Irã procura mobilizar as comunidades Árabes xiitas locais para pressionar os governos da região em questões que lhe interessam. O Iêmen, vizinho da Arábia Saudita, é um país onde a última busca ativamente exercer influência (Grumet, 2015, p. 102). Na figura 5 é possível observar o posicionamento geográfico do Iêmen referente ao posicionamento iraniano e saudita.

Figura 5 – Proximidade geográfica entre Irã, Arábia Saudita e Iêmen.



Fonte: G1 (2019)

5.2 Participação na Guerra do Iêmen

A guerra civil no Iêmen é um reflexo das tensões regionais entre a Arábia Saudita e o Irã, cuja rivalidade é fundamentada em questões sectárias e geopolíticas que se desdobram em disputas por liderança no Oriente Médio. O conflito iemenita destaca como as diferenças históricas e religiosas entre sunitas e xiitas influenciam os interesses estratégicos dos dois países. A busca por poder e influência na região não se limita ao controle militar, mas inclui também a instrumentalização de questões identitárias para consolidar posições hegemônicas.

A política de identidade no Oriente Médio, sobretudo a divisão entre sunitas e xiitas, é essencial para compreender a rivalidade saudita-iraniana. Enquanto a Arábia Saudita, uma monarquia sunita, busca afirmar sua hegemonia como protetora do islamismo sunita, o Irã, uma república xiita, procura expandir sua influência ao apoiar minorias xiitas e desestabilizar governos alinhados a Riad. Eventos históricos, como a Revolução Iraniana e a invasão do Iraque

em 2003, agravaram essas disputas, moldando o equilíbrio de poder e ampliando a competição pela liderança islâmica e o controle político na região.

No contexto do conflito no Iêmen, a teoria realista de Morgenthau oferece um arcabouço teórico para analisar a rivalidade entre a Arábia Saudita e o Irã. A guerra civil iemenita pode ser entendida como um reflexo da competição geopolítica e sectária entre esses dois agentes regionais. A rivalidade saudita-iraniana não é apenas uma disputa por poder militar, mas também pela hegemonia ideológica e religiosa no Oriente Médio. Para compreender a guerra civil iemenita sob a perspectiva realista, é preciso analisar como os dois países projetam suas influências e como essa projeção os ajudam a alcançar seus objetivos. A teoria realista oferece sentido às ações de Teerã e Riad, que, isoladamente, não explicam completamente a participação de Estados estrangeiros no conflito interno do Iêmen.

Sendo o país mais pobre do Oriente Médio, o Iêmen enfrenta instabilidade política e econômica desde sua unificação, agravada por uma crise social que precedeu os acontecimentos do conflito. Apesar de não possuir tantas reservas de petróleo como seus vizinhos, o país destaca-se por sua localização geográfica estratégica e pela importância que exerce na manutenção do equilíbrio de poder regional. A proximidade com a Arábia Saudita torna o Iêmen peça-chave no controle da Península Arábica. Além disso, a significativa presença de muçulmanos xiitas no país aumenta sua suscetibilidade à influência do Irã, que busca apoiar minorias xiitas em um mundo islâmico majoritariamente sunita.

A instabilidade política do Iêmen representa uma fraqueza que pode ser explorada pelos países da região, a possibilidade de um Estado antagônico às suas políticas externas explorar a vulnerabilidade do Iêmen a favor de sua influência não é ideal para os interesses estratégicos da Arábia Saudita. Cria-se assim um contexto de ameaça dentro da península arábica, acarretando nas acusações de Riad sobre as responsabilidades e influências do Irã na guerra iemenita, ao mesmo passo que Riad interfere militarmente.

As ações desempenhadas pelo Irã e Arábia Saudita no Iêmen são a busca por poder, marcadas por interesses conflitantes em uma mesma região. Esse embate é ampliado pelas assimetrias de poder e pela incapacidade do Iêmen de lidar com suas questões domésticas, o que transforma o conflito interno em uma disputa internacional. A formação de uma coalizão liderada pela Arábia Saudita em 2015, focada em restaurar um governo aliado e limitar a influência iraniana, reflete essa percepção de ameaça e busca por maximização de poder. Os nove anos de intervenção saudita incluíram ataques aéreos, apoio logístico e militar, bloqueios navais e aéreos e a tentativa de isolar diplomaticamente o Irã. No entanto, prolongou o conflito e gerou acusações de crimes de guerra, enfraquecendo a legitimidade internacional da coalizão.

A intervenção militar direta da Arábia Saudita no Iêmen a partir de 2015, não é um evento isolado, representou a continuidade de uma longa tradição de interferência nos assuntos de seu Estado vizinho, especialmente em resposta à expansão de influências que desafiam sua hegemonia regional. Embora a participação saudita em conflitos no Oriente Médio, como no Iraque, costume ocorrer por meio de apoio indireto a grupos locais, a ofensiva contra os Houthis no Iêmen marca uma postura militar mais incisiva. Isso porque diante de uma expansão percebida do poder xiita iraniano no Iraque e, posteriormente, no Iêmen, a inação de Riad poderia ser interpretada como uma renúncia à sua função de protetora dos sunitas. Apesar dessas motivações, a situação permanece complexa, evidenciando como a influência iraniana na região se expande de forma oportunista, aproveitando-se de vácuos de poder, como o ocorrido no Iraque após a invasão dos Estados Unidos em 2003. Assim, a resposta saudita no Iêmen transcende o contexto local e se insere em uma disputa regional mais ampla, onde a Arábia Saudita tenta reafirmar sua autoridade e conter o avanço de um rival cada vez mais presente na geopolítica do Oriente Médio.

Por outro lado, o Irã utilizou uma abordagem indireta, apoiando os Houthis com financiamento, treinamento e armamentos, enquanto condenava as intervenções externas e promovia planos de paz que incluíam um cessar-fogo e a formação de um governo inclusivo. Para Teerã, os Houthis representavam uma oportunidade única de alterar o equilíbrio de poder no Oriente Médio, ameaçando diretamente os interesses sauditas e ocidentais, especialmente no estratégico Estreito de Bab el-Mandeb. O controle dessa passagem marítima crucial, caso caísse sob influência dos Houthis, teria implicações graves para o comércio global de petróleo e para a segurança regional, consolidando o domínio iraniano.

A teoria realista também destaca a importância da legitimidade no uso do poder. Embora a Arábia Saudita tenha justificado sua intervenção com base na proteção de seus interesses de segurança e o restabelecimento de um governo que era considerado legítimo internacionalmente, as acusações de crimes de guerra e o prolongamento do conflito enfraqueceram sua posição internacional. Conforme Morgenthau, o poder legítimo, sustentado por justificativas morais ou legais, tende a ser mais eficaz do que o poder exercido sem fundamentos claros, o que a Arábia Saudita perdeu com o passar dos anos de conflito. Nesse sentido, o conflito no Iêmen exemplifica como a rivalidade entre uma república xiita revolucionária e uma monarquia sunita conservadora reflete dinâmicas mais amplas de competição geoestratégica e sectária. O conflito no Iêmen reflete as dinâmicas descritas por Morgenthau, onde interesses em termos de poder moldam as interações entre Estados. A rivalidade entre a Arábia Saudita e o Irã transcende o contexto local, inserindo o Iêmen no

centro de uma competição por hegemonia no Oriente Médio. Aplicar os princípios do realismo político permite uma análise estruturada das ações desses atores, ressaltando como o interesse pela maximização de poder perpetua a instabilidade regional e intensifica a crise humanitária no país.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O conflito no Iêmen exemplifica como rivalidades regionais podem perpetuar crises internas, transformando disputas locais em competições geopolíticas mais amplas. Ao longo da última década, o Iêmen foi moldado por intervenções externas que exploram sua vulnerabilidade e localização estratégica, ampliando a tragédia humanitária já vivida pela população local. A análise do conflito no Iêmen sob a perspectiva da teoria realista revela as complexas dinâmicas de poder que caracterizam a rivalidade entre a Arábia Saudita e o Irã no Oriente Médio. A disputa por hegemonia regional, alimentada por questões sectárias, geopolíticas e religiosas, evidencia como os dois países buscam maximizar suas influências, por meio de ações diretas e indiretas, e garantir sua segurança por meio da instrumentalização do islamismo e da competição por territórios estratégicos. O Iêmen, por sua fragilidade política, torna-se um campo de batalha simbólico e real, onde as ações de Riad e Teerã buscam afirmar a autoridade de seus respectivos sistemas políticos e ideológicos.

Durante a análise, foi possível identificar diferenças significativas nas ações dos dois principais agentes regionais envolvidos no conflito. A Arábia Saudita interveio de maneira ativa e direta, enquanto o Irã atuou de forma indireta, mas, ainda assim, ambos desempenharam papéis cruciais na ampliação das dimensões da guerra. A rivalidade histórica entre Teerã e Riad não apenas prolongou a duração do conflito, mas também agravou a crise humanitária enfrentada pelo Iêmen. Além disso, observou-se que a estreita relação entre religião e política em ambos os países molda suas decisões estratégicas e de política externa. Essa conexão reflete a busca constante de Arábia Saudita e Irã por legitimidade como líderes religiosos do mundo islâmico, intensificando sua competição e ampliando os impactos do conflito, tanto no Iêmen quanto na região como um todo.

Embora a Arábia Saudita tenha justificado sua intervenção no conflito como uma medida de proteção contra a expansão da influência iraniana e de restauração de um governo legítimo, o prolongamento da guerra e as acusações de crimes de guerra enfraqueceram sua posição internacional e desafiaram a legitimidade de suas ações. Por outro lado, o Irã utilizou uma abordagem mais indireta, buscando expandir sua esfera de influência por meio do apoio aos Houthis e da promoção de uma agenda de paz que favorece seus interesses geopolíticos.

A teoria realista de Morgenthau oferece embasamento teórico para compreender as ações de ambos os países, enfatizando que as decisões no Iêmen são movidas pela busca incessante por poder e segurança, características fundamentais da política internacional. O

conflito no Iêmen é, assim, um reflexo das tensões estruturais do Oriente Médio, onde os interesses nacionais e a luta por legitimidade definem a trajetória da rivalidade saudita-iraniana.

Conclui-se que o conflito no Iêmen está além de disputas internas e exemplifica rivalidades geopolíticas e sectárias que caracterizam o Oriente Médio. A guerra civil no país, intensificada pela intervenção da Arábia Saudita e pelo apoio iraniano aos Houthis, reflete a busca por poder e influência na região, motivada por agendas religiosas e estratégicas. Sob a perspectiva realista, a disputa pela maximização do poder e pela contenção de ameaças regionais explica a escalada do conflito, evidenciando como as ações de Riad e Teerã se alinham a seus interesses estratégicos.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Nuno. O Hezbollah e as suas relações (internacionais) no Médio Oriente. **Revista Portuguesa de Estudos Asiáticos**, Lisboa, n. 31, p. 31-53, 2.º sem. 2023. DOI: 10.33167/1645-4677.DAXIYANGGUO2023.31/pp.31-53. Disponível em: https://ioriente.iscsp.ulisboa.pt/images/DaxiyangguoOnline/2023/daxiyangguo31_online_artigo-2.pdf. Acesso em: 25 nov. 2014.

AL-SHAMAH, Abubakr. After five years of war in Yemen, battles continue to rage. **Al Jazeera**, 26 mar. 2020. Disponível em: <https://www.aljazeera.com/news/2020/3/26/after-five-years-of-war-in-yemen-battles-continue-to-rage>. Acesso em: 24 out. 2024.

AL-SHAMAH, Abubakr. After five years of war in Yemen, battles continue to rage. **Al Jazeera**, 26 mar. 2020. Disponível em: <https://www.aljazeera.com/news/2020/3/26/after-five-years-of-war-in-yemen-battles-continue-to-rage>. Acesso em: 6 nov. 2024.

ARAB League backs joint military taskforce. **Middle East Eye**, 29 mar. 2015. Disponível em: <https://www.middleeasteye.net/news/arab-league-backs-joint-military-taskforce>. Acesso em: 24 out. 2024.

ARÁBIA Saudita e Irã disputam influência no Oriente Médio. **G1 - GloboNews**, 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/globonews/jornal-globonews-edicao-das-16/video/arabia-saudita-e-ira-disputam-influencia-no-orientes-medio-7927321.ghtml>. Acesso em: 6 nov. 2024.

BARON, Adam. **Civil war in Yemen**: imminent and avoidable. London: European Council on Foreign Relations, 2015. ECFR/130. Disponível em: https://ecfr.eu/wp-content/uploads/ECFR_130_CIVIL_WAR_IN_YEMEN_final.pdf. Acesso em: 10 jun. 2024.

CERIOLO, Luíza Gimenez. **A rivalidade entre Irã e Arábia Saudita através da teoria dos papéis após a Primavera Árabe**: os casos do Bahrain e do Iêmen. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) — Universidade de Brasília, Brasília, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-8529.2018400200010>. Acesso em: 10 jun. 2024.

DONAGHY, Rori. Footage shows devastation in Yemen as Saudi 'double tap' strike hits rescuers. **Middle East Eye**, 23 jan. 2016. Disponível em: <https://www.middleeasteye.net/news/footage-shows-devastation-yemen-saudi-double-tap-strike-hits-rescuers>. Acesso em: 24 out. 2024.

DURAC, Vincent. Yemen's Arab Spring – Democratic Opening or Regime Maintenance? **Mediterranean Politics**, v. 17, n. 2, p. 161-178, jul. 2012. DOI: 10.1080/13629395.2012.694042.

ELLWANGER, Alécia da Silva. **Uma análise sobre a guerra civil no Iêmen**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais) – Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, 2020. Disponível em: <https://repositorio.unisc.br/jspui/bitstream/11624/2827/1/A1%c3%a9xia%20da%20Silva%20Ellwanger.pdf>. Acesso em: 18 jan. 2024

FEIERSTEIN, Gerald M. **Yemen: the 60-Year War**. Washington, DC: Middle East Institute, 2019. Disponível em: <https://www.mei.edu/sites/default/files/2019-02/Yemen%20The%2060%20Year%20War.pdf>. Acesso em: 30 mai. 2024.

FIGHTING rages in Yemen despite truce. **Middle East Eye**, 22 out. 2016. Disponível em: <https://www.middleeasteye.net/news/fighting-rages-yemen-despite-truce>. Acesso em: 6 nov. 2024.

GRUMET, Tali Rachel. **New Middle East Cold War: Saudi Arabia and Iran's Rivalry**. Electronic Theses and Dissertations. University of Denver, Denver, 2015. Disponível em: <https://digitalcommons.du.edu/etd/1028>. Acesso em: 30 jun. 2024.

GULF states urge Yemen to safeguard its sovereignty, as Houthis head for oil pipeline. **Middle East Eye**, 13 fev. 2015. Disponível em: <https://www.middleeasteye.net/news/gulf-states-urge-yemen-safeguard-its-sovereignty-houthis-head-oil-pipeline>. Acesso em: 24 out. 2024.

HADI urges Saudi intervention to stop UAE support for separatists. **Al Jazeera**, 29 ago. 2019. Disponível em: <https://www.aljazeera.com/news/2019/8/29/hadi-urges-saudi-intervention-to-stop-uae-support-for-separatists>. Acesso em: 24 out. 2024.

HOUTHIS claim drone attack on Saudi Aramco oil refinery. **Middle East Eye**, 11 abr. 2018. Disponível em: <https://www.middleeasteye.net/news/houthis-claim-drone-attack-saudi-aramco-oil-refinery>. Acesso em: 6 nov. 2024.

HUMAN RIGHTS WATCH. **Yemen: Events of 2015**. 2016. Disponível em: <https://www.hrw.org/world-report/2016/country-chapters/yemen>. Acesso em: 24 out. 2024.

HUMAN RIGHTS WATCH. **Yemen: Events of 2016**. 2017. Disponível em: <https://www.hrw.org/world-report/2017/country-chapters/yemen>. Acesso em: 6 nov. 2024.

IRAN blames Yemen president for crisis as protests hit Sanaa. **Middle East Eye**, 10 mar. 2015. Disponível em: <https://www.middleeasteye.net/news/iran-blames-yemen-president-crisis-protests-hit-sanaa>. Acesso em: 24 out. 2024.

IRAN offers to treat injured from Yemen funeral attack. **Middle East Eye**, 10 out. 2016. Disponível em: <https://www.middleeasteye.net/news/iran-offers-treat-injured-yemen-funeral-attack>. Acesso em: 6 nov. 2024.

ISMAIL, Sharif. **Unification in Yemen: Dynamics of Political Integration - 1978-2000**. Middle Eastern Studies, p. 10-25, 2000. Disponível em: <https://users.ox.ac.uk/~metheses/Ismail%20Thesis.pdf>. Acesso em: 30 jun. 2024.

ISRAEL-palestine war: why arab states are steering clear of anti-houthi naval task force. **Middle East Eye**, 20 dez. 2023. Disponível em: <https://www.middleeasteye.net/news/why-arab-states-steering-clear-anti-houthi-naval-task-force>. Acesso em: 6 nov. 2024.

JUNEAU, Thomas. **Iran's policy towards the Houthis in Yemen: a limited return on a modest investment**. Royal Institute of International Affairs, v. 92, n. 3, p. 647-663, maio 2016. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/24757629>. Acesso em: 1 nov. 2024.

LAUB, Zachary. **Yemen in crisis**. Council on Foreign Relations, 29 abr. 2015. Disponível em: <https://climateandsecurity.org/wp-content/uploads/2024/02/Yemen-in-Crisis.pdf>. Acesso em: 18 ago. 2024.

LIMÃO, José Pedro Coelho Monteiro. **O significado do Iémen no Grande Médio Oriente**. Dissertação (Mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais) — Universidade Católica Portuguesa, Lisboa, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ucp.pt/bitstream/10400.14/28131/1/TESE%20FINAL%20FINAL%20PDF%20A.pdf>. Acesso em: 30 jun. 2024.

MACDONALD, Alex. Yemen's Hadi denounces Houthis as 'stooges' of Iran at Arab summit. **Middle East Eye**, 28 mar. 2015. Disponível em: <https://www.middleeasteye.net/news/yemens-hadi-denounces-houthis-stooges-iran-arab-summit>. Acesso em: 24 out. 2024.

MORGENTHAU, Hans J. **A política entre as nações: a luta pela guerra e pela paz**. Brasília: Editora Universidade de Brasília/Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2003.

MOYER, Jonathan D.; BOHL, David; HANNA, Taylor; MAPES, Brendan R.; MICKEY. **Assessing the Impact of War on Development in Yemen**. Frederick S. Pardee Center for International Futures, Josef Korbel School of International Studies, University of Denver, 2019.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Agências pedem compromisso contínuo no auxílio a milhões de pessoas no Iémen**. 6 maio 2024. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2024/05/1831261>. Acesso em: 6 nov. 2024.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Conflito no Iémen entra no 10º ano com metade da população precisando de ajuda**. 24 mar. 2024. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2024/03/1829601>. Acesso em: 6 nov. 2024.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Final report of the Panel of Experts on Yemen established pursuant to Security Council Committee resolution 2140 (2014)**. Documento S/2015/125. Nova York: ONU, 2015. Disponível em: <https://documents.un.org/doc/undoc/gen/n15/008/25/pdf/n1500825.pdf>. Acesso em: 5 nov. 2024.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Final report of the Panel of Experts on Yemen established pursuant to Security Council resolution 2140 (2014)**. Documento S/2018/192. Nova York: ONU, 2016. Disponível em: <https://documents.un.org/doc/undoc/gen/n18/076/17/pdf/n1807617.pdf>. Acesso em: 5 nov. 2024.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Final report of the Panel of Experts on Yemen**. Documento S/2018/193. Nova York: ONU, 2017. Disponível em: <https://documents.un.org/doc/undoc/gen/n18/075/92/pdf/n1807592.pdf>. Acesso em: 5 nov. 2024.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Final report of the Panel of Experts on Yemen.** Documento S/2018/594. Nova York: ONU, 2018. Disponível em: <https://documents.un.org/doc/undoc/gen/n18/267/20/pdf/n1826720.pdf>. Acesso em: 5 nov. 2024.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Final report of the Panel of Experts on Yemen.** Documento S/2019/83. Nova York: ONU, 2019. Disponível em: <https://documents.un.org/doc/undoc/gen/n19/006/48/pdf/n1900648.pdf>. Acesso em: 5 nov. 2024.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Final report of the Panel of Experts on Yemen.** Documento S/2020/326. Nova York: ONU, 2020a. Disponível em: <https://documents.un.org/doc/undoc/gen/n20/106/86/pdf/n2010686.pdf>. Acesso em: 5 nov. 2024.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Situation of human rights in Yemen, including violations and abuses since September 2014: report of the Group of Eminent International and Regional Experts on Yemen.** Documento A/HRC/45/6, 2020b. Genebra: ONU. Disponível em: <https://digitallibrary.un.org/record/3893096?v=pdf>. Acesso em: 3 nov. 2024.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Final report of the Panel of Experts on Yemen established pursuant to Security Council resolution 2140 (2014).** Documento S/2023/130. Nova York: ONU, 2023a. Disponível em: <https://documents.un.org/doc/undoc/gen/n22/770/93/pdf/n2277093.pdf>. Acesso em: 5 nov. 2024.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Final report of the Panel of Experts on Yemen established pursuant to Security Council resolution 2140 (2014).** Documento S/2023/833. Nova York: ONU, 2023b. Disponível em: <https://documents.un.org/doc/undoc/gen/n23/269/91/pdf/n2326991.pdf>. Acesso em: 5 nov. 2024.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Fome é iminente em quatro distritos do Iémen.** 19 ago. 2024. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2024/08/1836276>. Acesso em: 6 nov. 2024.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **ONU pede esforços contínuos de paz no Iémen em meio a surto de cólera.** 14 maio 2024. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2024/05/1831586>. Acesso em: 6 nov. 2024.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **ONU realiza esforços para implementar acordo internacional no Iémen.** 2 jan. 2019. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2019/01/1653832>. Acesso em: 6 nov. 2024.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **The Geneva consultations on Yemen: change of plans.** 12 jun. 2015. Disponível em: <https://www.un.org/sg/en/content/sg/note-correspondents/2015-06-12/the-geneva-consultations-yemen-change-of-plans>. Acesso em: 24 out. 2024.

PEACE deal announced between Yemeni government, separatists. **Al Jazeera**, 5 nov. 2019. Disponível em: <https://www.aljazeera.com/news/2019/11/5/peace-deal-announced-between-yemeni-government-separatists>. Acesso em: 24 out. 2024.

PINTO, Pedro Miguel Nunes. **Conflito no Iémen**: a expansão do controlo dos Houthis e as repercussões geopolíticas para o Médio Oriente. As relações entre a Arábia Saudita e o Irão (2015-2021). 2022. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) — Universidade de Lisboa, Lisboa, 2022.

QUEM são os houthis e por que foram atacados por EUA e Reino Unido? **BBC News Brasil**, 23 jan. 2024. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cx0vkqg29jno#:~:text=Eles%20tamb%C3%A9m%20se%20autodenominam%20Ansar,Morte%20aos%20Estados%20Unidos>. Acesso em: 24 out. 2024.

RICHARDS, Giles. Saudi Arabian Grand Prix to go ahead as planned despite Houthi missile attack. **The Guardian**, 26 mar. 2022. Disponível em: <https://www.theguardian.com/sport/2022/mar/25/saudi-arabian-grand-prix-at-risk-of-cancellation-after-houthi-missile-attack>. Acesso em: 6 nov. 2024.

RIGHTS groups urge end to Saudi arms sales over Yemen deaths. **Middle East Eye**, 22 mar. 2016. Disponível em: <https://www.middleeasteye.net/news/rights-groups-urge-end-saudi-arms-sales-over-yemen-deaths>. Acesso em: 24 out. 2024.

SAUDI Arabia launches air strikes in Yemen. **BBC News**, 26 mar. 2015. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/world-us-canada-32061632>. Acesso em: 24 out. 2024.

SAUDI Arabia proposes ceasefire plan to Yemen's Houthi rebels. **Al Jazeera**, 22 mar. 2021. Disponível em: <https://www.aljazeera.com/news/2021/3/22/saudi-arabia-proposes-ceasefire-plan-to-yemens-houthi-rebels>. Acesso em: 6 nov. 2024.

SAUDI Arabia severs ties with Iran. **Middle East Eye**, 4 jan. 2016. Disponível em: <https://www.middleeasteye.net/news/saudi-arabia-severs-ties-iran>. Acesso em: 24 out. 2024.

SAUDI-LED coalition declares end to Yemen campaign. **Middle East Eye**, 22 abr. 2015. Disponível em: <https://www.middleeasteye.net/news/saudi-led-coalition-declares-end-yemen-campaign>. Acesso em: 24 out. 2024.

SAUDI-LED coalition extends unilateral Yemen ceasefire by a month. **Al Jazeera**, 24 abr. 2020. Disponível em: <https://www.aljazeera.com/news/2020/4/24/saudi-led-coalition-extends-unilateral-yemen-ceasefire-by-a-month>. Acesso em: 6 nov. 2024.

SEIS mapas que ayudarán a entender mejor la situación actual en Yemen. **RT**. Publicado em: 4 abr. 2015. Disponível em: <https://actualidad.rt.com/actualidad/171026-mapas-explicacion-conflicto-yemen>. Acesso em: 23 nov. 2024.

SEPARATIST group announces self-rule in southern Yemen. **Al Jazeera**, 26 abr. 2020. Disponível em: <https://www.aljazeera.com/news/2020/4/26/separatist-group-announces-self-rule-in-southern-yemen>. Acesso em: 24 out. 2024.

SEPARATISTS seize Aden presidential palace, gov't military camps. **Al Jazeera**, 10 ago. 2019. Disponível em: <https://www.aljazeera.com/news/2019/8/10/separatists-seize-aden-presidential-palace-govt-military-camps>. Acesso em: 24 out. 2024.

SHARP, Jeremy M. **Yemen: Civil War and Regional Intervention**. Congressional Research Service, p. 1-19, 12 abr. 2018. Disponível em: https://www.youthlead.org/sites/default/files/YouthLead/files/resources/Yemen_Civil_War_and_Regional_Interventio.pdf. Acesso em: 17 mai. 2024.

STATES must stop selling weapons to Saudi Arabia for use in Yemen conflict. **Amnesty International**, 26 fev. 2016. Disponível em: <https://www.amnesty.org/en/latest/press-release/2016/02/states-must-stop-selling-weapons-to-saudi-arabia-amid-yemen-conflict/>. Acesso em: 6 nov. 2024.

TIMELINE: UAE under drone, missile attacks. **Al Jazeera**, 3 fev. 2022. Disponível em: <https://www.aljazeera.com/news/2022/2/3/timeline-uae-drone-missile-attacks-houthis-yemen>. Acesso em: 6 nov. 2024.

TRANSFELD, Mareike. **The Failure of the Transitional Process in Yemen: The Houthi's Violent Rise to Power and the Fragmentation of the State**. Stiftung Wissenschaft und Politik, German Institute for International and Security Affairs, 2015.

UN imposes arms embargo on Yemen's Houthi militia. **Middle East Eye**, 14 abr. 2015. Disponível em: <https://www.middleeasteye.net/news/un-imposes-arms-embargo-yemens-houthi-militia>. Acesso em: 24 out. 2024.

UNICEF. **Yemen crisis: Yemen is one of the world's largest humanitarian crises – and children are being robbed of their futures**. 2024. Disponível em: <https://www.unicef.org/emergencies/yemen-crisis>. Acesso em: 30 mai. 2024.

UPAL, Muhammad Afzal; CUSACK, Carole M. (Ed.). **Handbook of Islamic Sects and Movements**. Volume 21. Leiden; Boston: Brill, 2021.

YEMEN airport bombed. **Reuters**, 29 abr. 2015. Disponível em: <https://www.reuters.com/news/picture/yemen-airport-bombed-idUSRTX1ATMJ/>. Acesso em: 24 out. 2024.

YEMEN crisis: Saudi Arabia 'shoots down' Scud missile. **BBC News**, 6 jun. 2015. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/world-middle-east-33033842>. Acesso em: 24 out. 2024.

YEMEN president in Riyadh amid fresh anti-Houthi strikes. **Middle East Eye**, 27 mar. 2015. Disponível em: <https://www.middleeasteye.net/news/yemen-president-riyadh-amid-fresh-anti-houthi-strikes>. Acesso em: 24 out. 2024.

YEMEN: Houthis call three-day 'truce' after barrage of attacks on Saudi Arabia. **Middle East Eye**, 26 mar. 2022. Disponível em: <https://www.middleeasteye.net/news/yemen-houthis-call-three-day-truce-after-wave-attacks-saudi-arabia>. Acesso em: 6 nov. 2024.

YEMEN: Warring parties agree two-month truce. **Middle East Eye**, 2 abr. 2022. Disponível em: <https://www.middleeasteye.net/news/yemen-warring-parties-agree-two-month-truce>. Acesso em: 6 nov. 2024.

ZIMMERMAN, Katherine. **Yemen's Pivotal Moment**. 12 fev. 2014. Disponível em: <https://www.criticalthreats.org/analysis/yemens-pivotal-moment>. Acesso em: 23 nov. 2024.

